



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Gabriel Souza Costa

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM SANTA CATARINA (2022):
Uma aplicação do método Alkire-Foster**

Florianópolis

2024

Gabriel Souza Costa

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM SANTA CATARINA (2022):
Uma aplicação do método Alkire-Foster**

Trabalho de Conclusão de Disciplina submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof.(a) Solange Regina Marin, Dr.(a)



Documento assinado digitalmente

SOLANGE REGINA MARIN

Data: 29/11/2023 17:05:50-0300

CPF: ***.099.839-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Costa, Gabriel Souza

POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM SANTA CATARINA (2022): Uma aplicação do método Alkire-Foster / Gabriel Souza Costa ; orientadora, Solange Regina Marin, 2024.
67 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Pobreza Multidimensional. 3. Método Alkire-Foster. 4. Santa Catarina. I. Marin, Solange Regina . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Gabriel Souza Costa

POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM SANTA CATARINA (2022):

Uma aplicação do método Alkire-Foster

Florianópolis, 01 de julho de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Solange Regina Marin, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Cassiano Ricardo Dalberto, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Liana Bohn, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof.(a) Solange Regina Marin, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2024.

*Dedico este trabalho à minha família
e a minha namorada, que sempre
me apoiaram e me incentivaram
durante esta jornada.*

AGRADECIMENTOS

*À minha professora e orientadora Solange Regina Marin,
por toda confiança e por ter aceitado meu convite.*

*Aos meus pais, Marcos Antônio e Kátia Regina, por todo apoio
e por terem me proporcionado as condições necessárias
para chegar até aqui.*

*Ao Departamento de Economia da PUC-Rio, pela
disponibilização da ferramenta Data Zoom.*

“Enquanto a pobreza persistir, não haverá verdadeira liberdade”

- Nelson Mandela

RESUMO

Santa Catarina é frequentemente tratado como um dos estados mais desenvolvidos do Brasil, destacando-se por seus bons indicadores socioeconômicos e uma excelente qualidade de vida em comparação ao restante do país. No entanto, mesmo com o terceiro maior índice de desenvolvimento humano do Brasil, o estado não está imune ao fenômeno da pobreza. Tradicionalmente, a pobreza era vista de forma simplista, focando apenas na insuficiência de renda. Porém, ao longo dos anos, surgiram abordagens que tratam a pobreza como um fenômeno complexo e multidimensional, abrangendo várias esferas da vida além da financeira. Este trabalho visa estudar e compreender a pobreza em Santa Catarina sob essa perspectiva multidimensional, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2022). Para isso, foram consideradas quatro dimensões (educação, saúde e condições sanitárias, condições habitacionais e trabalho e renda) distribuídas em nove indicadores (alfabetização, nível de instrução, abastecimento de água, esgotamento sanitário, condição de ocupação do imóvel, energia elétrica, ativos domiciliares, renda e emprego). A partir da aplicação do método Alkire-Foster (2007), foi calculado o índice de pobreza multidimensional para Santa Catarina e outras quatro regiões do estado contempladas pelos dados da PNAD. Os resultados do estudo evidenciam que o esgotamento sanitário é o indicador mais crítico em Santa Catarina, seguido pelo emprego e nível de instrução. Embora o estado apresente níveis de pobreza relativamente menores do que a média nacional, os números ainda estão longe do ideal. Mesmo em regiões mais desenvolvidas, como Florianópolis, existe um grau significativo de privação em diversos indicadores, evidenciando a necessidade de um planejamento mais eficaz e políticas públicas direcionadas ao combate à pobreza no estado.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional; Método Alkire-Foster; Santa Catarina.

ABSTRACT

Santa Catarina is often regarded as one of the most developed states in Brazil, noted for its strong socioeconomic indicators and superior quality of life compared to the rest of the country. However, despite possessing the third highest Human Development Index in Brazil, the state is not immune to the phenomenon of poverty. Traditionally, poverty was viewed simplistically, focusing only on income insufficiency. Over the years, however, perspectives have evolved to treat poverty as a complex, multidimensional phenomenon that encompasses various aspects of life beyond just financial means. This study aims to explore and understand poverty in Santa Catarina from this multidimensional perspective, utilizing data from the National Household Sample Survey (PNAD, 2022). Four dimensions were considered (education, health and sanitary conditions, housing conditions, and labor and income), spread across nine indicators (literacy, level of education, water supply, sanitary drainage, housing occupation condition, electricity, household assets, income, and employment). Using the Alkire-Foster method (2007), the multidimensional poverty index for Santa Catarina and four other regions of the state covered by the PNAD data was calculated. The findings reveal that sanitary drainage is the most critical indicator in Santa Catarina, followed by employment and education levels. Although the state has relatively lower poverty levels than the national average, the figures are still far from ideal. Even in more developed regions, such as Florianópolis, there is a significant degree of deprivation across various indicators, highlighting the need for more effective planning and targeted public policies to combat poverty in the state.

Keywords: Multidimensional Poverty; Alkire-Foster Method; Santa Catarina.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões utilizadas em estudos de pobreza multidimensional.....	27
Quadro 2 – Dimensões selecionadas, seus indicadores e primeira linha de corte....	33
Quadro 3 – Variáveis Dummy utilizadas no Software Stata	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matriz de privações para Santa Catarina ($k \geq 3$).....	38
Tabela 2 - Incidência, intensidade e índice de pobreza multidimensional: Santa Catarina, RMF, Florianópolis, RMF – Exceto Florianópolis e Santa Catarina – Exceto RMF	53
Tabela 3 - Incidência, intensidade e índice de pobreza multidimensional: Santa Catarina e Brasil.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de privações nos indicadores selecionados: Santa Catarina	41
Gráfico 2 – Percentual de privação no indicador “alfabetização”, por regiões de Santa Catarina	44
Gráfico 3 - Percentual de privação no indicador “nível de instrução”, por regiões de Santa Catarina	46
Gráfico 4 - Percentual de privação no indicador “emprego”, por regiões de Santa Catarina.....	47
Gráfico 5 - Percentual de privação no indicador “renda domiciliar”, por regiões de Santa Catarina	48
Gráfico 6 - Percentual de privação no indicador “abastecimento de água”, por regiões de Santa Catarina.....	49
Gráfico 7 - Percentual de privação no indicador “esgotamento sanitário”, por regiões de Santa Catarina	50
Gráfico 8 - Percentual de privação no indicador “condição de ocupação”, por regiões de Santa Catarina	51
Gráfico 9 - Percentual de privação no indicador “ativos domiciliares”, por regiões de Santa Catarina	52
Gráfico 10 - Percentual de privação nos indicadores selecionados: Santa Catarina e Brasil	55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS DA POBREZA	17
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E FACES DA POBREZA.....	17
2.2 LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM MONETÁRIA	19
2.3 POBREZA SOB UMA ÓTICA MULTIDIMENSIONAL.....	22
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 FONTE E TRATAMENTO DE DADOS	25
3.2 O MÉTODO ALKIRE-FOSTER.....	25
3.3 O MÉTODO ALKIRE-FOSTER PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.....	26
4. POBREZA EM SANTA CATARINA: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE A – ROTINA DE COMANDOS NO SOFTWARE STATA	66

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A pobreza é um fenômeno conhecido e muito complexo, afetando milhões de pessoas em todo o mundo¹. Tradicionalmente, a pobreza tem sido medida principalmente com base na renda, contudo, essa abordagem se mostrou simplista com o passar dos anos, uma vez que ela não captura a verdadeira extensão das privações que as pessoas enfrentam em suas vidas. Segundo Asselin (2002), a pobreza multidimensional é um conceito mais rico do que a abordagem tradicional da renda, além disso, dificuldades na medição dos rendimentos em países em desenvolvimento tem encorajado exploração de outras dimensões para tratar sobre o tema.

O estado de Santa Catarina é conhecido por possuir uma economia diversificada e resiliente, possuindo diversos segmentos relevantes, como a indústria, agropecuária e turismo, fazendo com que o estado tenha uma posição privilegiada na economia nacional. A renda domiciliar *per capita* do estado foi de R\$ 2.018,00 (IBGE, 2022) em 2022, a quarta maior do país, além de possuir um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 349 bilhões² em 2020, o sexto maior do país. Contudo, apesar desses números, o estado não está isento do fenômeno da pobreza.

Diante disso, o problema que norteia este trabalho é: “Sob uma perspectiva multidimensional, como a pobreza se manifesta em Santa Catarina em 2022?”. Este estudo utiliza essa questão como base para discutir a concepção multidimensional da pobreza, visando fornecer uma resposta que revele as privações sofridas pela população de Santa Catarina.

¹ O relatório de acompanhamento dos objetivos do desenvolvimento sustentável divulgado pela ONU em 2023 aponta que, há uma previsão para que até o final de 2022, 8.4% da população mundial, ou seja, 670 milhões de pessoas possam ainda estar vivendo em extrema pobreza. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>>

² Ver Tabela 5938 - Produto Interno Bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações – Referência 2010. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>

A abordagem unidimensional vem, cada vez mais, se mostrando insuficiente para entender um fenômeno tão amplo e complexo quanto esse. De acordo com Bradshaw e Finch (2003), uma renda baixa seria apenas uma medida indireta de pobreza, dessa forma, ao realizar uma análise unicamente monetária, deixa-se de lado diversas outras formas de pobreza que afetam a população. Para entender de uma forma mais aprofundada a pobreza e seus impactos, é necessário adotar uma perspectiva multidimensional, levando em consideração não apenas a renda, mas também uma série de outras dimensões que afetam diretamente a qualidade de vida da população, como a privação de acesso à educação, saúde, trabalho e condições habitacionais aceitáveis que, em alguns casos, não dispõe de eletricidade e ativos domiciliares básicos, como geladeira, televisão e telefone celular.

1.2 OBJETIVOS

Este trabalho será composto por um objetivo geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a pobreza multidimensional em Santa Catarina com base nos dados mais recentes (2022), considerando diversas dimensões como educação, saúde, trabalho e condições habitacionais, com base no método Alkire-Foster (2007).

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Explorar as principais perspectivas teóricas sobre a pobreza;
- b) Apresentar o método Alkire-Foster para o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM);
- c) Desenvolver um índice de pobreza multidimensional e conduzir uma análise para o estado de Santa Catarina.

1.2 JUSTIFICATIVA

Tradicionalmente a pobreza tem sido quantificada principalmente em termos de renda, negligenciando outras dimensões igualmente importantes. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), a definição da pobreza não pode ser estabelecida de maneira única e universal, ela se caracteriza por situações de escassez, onde as pessoas não conseguem manter um padrão mínimo de qualidade de vida condizente com as referências sociais do seu contexto histórico.

Segundo Mattei (2011), a economia catarinense tem se mostrado diversificada, obtendo taxas médias de crescimento superiores às taxas nacionais, principalmente na década de 1990, quando o estado apresentou um crescimento médio de 3%, valor superior à taxa média de crescimento do PIB do país, que não ultrapassou 2%. É possível notar que o bom desempenho da economia catarinense ainda se mantém, tendo em vista que o estado obteve um crescimento de 3,8% no seu PIB em 2019, valor superior ao resultado nacional, de 1,2%³ no mesmo período.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (1997), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a pobreza apresenta diversas dimensões e vai além da simples falta de renda. Engloba questões de saúde e educação deficientes, falta de acesso à informação e meios de comunicação, restrições no exercício de direitos humanos e políticos, e a falta de dignidade, confiança e respeito próprio. Ainda, o relatório destaca que todas estas faces da pobreza revelam uma realidade cruel de vidas marcadas pela ausência de opções e, frequentemente, por governos incapazes de responder adequadamente a tais desafios.

Dessa forma, apesar dos indicadores positivos e do desempenho econômico acima da média nacional, a economia catarinense ainda enfrenta desafios. Com isso, uma compreensão mais profunda e completa sobre a pobreza multidimensional em Santa Catarina é fundamental para identificar e abordar esses problemas, tendo em vista que bons indicadores econômicos não se traduzem necessariamente na diminuição da pobreza sob uma ótica multidimensional.

³ IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32214-contas-regionais-22-estados-tiveram-alta-no-pib-em-2019>>

2. REFERENCIAL TEÓRICO: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS DA POBREZA

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E FACES DA POBREZA

Segundo Schwartzman (1997), historicamente, a pobreza era vista como algo natural, inevitável e inerente a uma grande parte, senão à maioria, da humanidade. Contudo, esse tema somente passava a ser uma preocupação para governantes e estudiosos quando os pobres, de alguma forma, saíam de sua situação de conformismo tradicional, criando uma ameaça à ordem estabelecida.

Ainda conforme Schwartzman (1997), a partir da Revolução Industrial, os ingleses começaram a se preocupar com a pobreza. Isso ficou claro com as chamadas *Poor Laws*⁴ e no grande debate que elas geraram. Essa preocupação surgiu porque a população cresceu muito e muitas pessoas deixaram o campo, indo para as cidades, onde passaram a viver em condições de extrema pobreza.

Corazza (2005) argumenta que a realidade social resultante da Revolução Industrial, no final do século XVIII, era extremamente preocupante. Os impactos sociais da industrialização eram severos: desemprego, pobreza, doenças, êxodo agrícola e migração em massa para as cidades, levando ao excesso da mão de obra e à queda dos salários. Segundo o autor, os registros históricos são impressionantes, com relatos de jornadas de trabalho de 18 horas para mulheres e crianças, além de doenças e mortes.

Malthus (1798/2023) acreditava que o crescimento rápido das populações, não conseguiria ser acompanhado pelo aumento da produção de alimentos, pois enquanto a população poderia dobrar em períodos relativamente curtos, a produção de alimentos somente seria incrementada. Segundo o autor, como o alimento é fundamental para a sobrevivência, esse desequilíbrio resultaria em escassez e, por consequência, na miséria e pobreza.

⁴ As *poor laws* ou, lei dos pobres, foram um conjunto de medidas que visavam ajudar e assistir os pobres e desempregados, sendo financiado principalmente por um sistema de impostos chamado *poor rates*. Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/bitesize/guides/zxjgqty/revision/3>>

Na segunda metade do século XX, a medição da pobreza começou a incorporar dimensões não monetárias, impulsionada por trabalhos como os de Peter Townsend (1979), que destacou a natureza relativa da pobreza, sugerindo que a pobreza deve ser medida em relação aos padrões de vida predominantes em uma determinada sociedade. Segundo Townsend (1979), a pobreza pode ser definida como a falta de recursos para acessar a alimentação, participar das atividades e ter as condições de vida e as comodidades que são comuns, ou pelo menos amplamente promovidas ou aceitas na maior parte da sociedade em que indivíduo faz parte. Esta definição destaca a natureza relativa da pobreza, sugerindo que a pobreza deve ser medida em relação aos padrões de vida predominantes em uma determinada sociedade.

Segundo Sachs (2005), podemos dividir a pobreza em três graus distintos: pobreza extrema (ou absoluta), pobreza moderada e pobreza relativa. A condição de pobreza absoluta é observada apenas nos países em desenvolvimento, ao contrário da pobreza relativa e moderada, que podem ser observadas também nos países desenvolvidos.

A pobreza absoluta, também tratada como miséria, é caracterizada pelo indivíduo que vive com menos de US\$ 2,15⁵ por dia⁶. Segundo Guimarães (2011), a pobreza absoluta está vinculada à sobrevivência física, contemplando pessoas que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas. Ainda, conforme Rocha (2013), escapar da pobreza absoluta não significa apenas ter o essencial para a sobrevivência, mas também ter acesso a um conjunto de recursos que permita à pessoa se integrar adequadamente na sociedade em que vive. Mesmo se tratando de pobreza absoluta, parte do consumo está relacionada com as necessidades que são consideradas relevantes para o contexto específico, como o estilo de vida predominante naquele tempo e lugar.

A pobreza relativa, por sua vez, é geralmente definida como uma renda familiar inferior a uma certa proporção da renda média nacional, afetando os relativamente pobres, que podem enfrentar dificuldades em acessar bens culturais,

⁵ Esse valor é ajustado pela paridade de poder de compra (PPP), que leva em consideração as diferenças no custo de vida entre diferentes países, permitindo uma comparação mais precisa dos níveis de pobreza.

⁶ Banco Mundial. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview#1>>

entretenimento e educação de qualidade. Ainda, para Codes (2008), a pobreza relativa é determinada pela comparação com outras condições sociais, sendo percebida como um estado de privação em relação a outros contextos sociais com os quais está em contraste. Dessa forma, no âmbito da privação relativa, os indivíduos considerados pobres são aqueles incapazes de adquirir, total ou adequadamente, os recursos e as condições de vida necessários (como alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes possibilitariam seguir comportamentos esperados dentro da sociedade.

Santos (2017) destaca que a ideia e a medição da pobreza absoluta, que estabelece um padrão predefinido de "necessidades básicas", foram principalmente aplicadas em países periféricos ou em desenvolvimento. Contudo, há certo ceticismo em relação à capacidade de um limiar fixo de bem estar capturar a complexidade da pobreza. Segundo o autor, países desenvolvidos têm preferido medidas relativas de pobreza, que destacam as discrepâncias nas condições de vida entre os pobres e a maioria da sociedade, considerando um contexto nacional e histórico específico.

2.2 LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM MONETÁRIA

A concepção de pobreza tem sido frequentemente vinculada à insuficiência de renda, sustentando a ideia de que o crescimento da riqueza material a nível nacional é suficiente para mitigar as condições de privação. Entretanto, essa perspectiva simplificada pode subestimar a complexidade do fenômeno da pobreza, especialmente quando se observa para além do aspecto financeiro.

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), não há dúvidas de que a pobreza é um fenômeno multidimensional. Contudo, a necessidade de ordenar países, estados e municípios faz com que uma medida escalar seja indispensável. Dessa forma, uma alternativa, historicamente dominante, tem sido tratar a pobreza apenas como insuficiência de renda.

Como defendido por Codes (2008), reduzir o conceito de pobreza à insuficiência de renda para satisfazer as necessidades físicas individuais fortalece a ideia de que o crescimento da riqueza material de um país é suficiente para

combater a privação. A autora argumenta que ao incorporar elementos relacionados ao suprimento das necessidades básicas sociais, como saúde, bem estar, obrigações familiares, cidadania, relações laborais e participação comunitária, surge a necessidade de adotar abordagens mais abrangentes.

Segundo Sen (2000), existem argumentos convincentes para a pobreza não ser considerada apenas como uma questão de baixa renda, mas como uma privação de capacitações, onde a falta dessas capacitações elementares pode resultar em consequências diretas, como morte prematura e subnutrição, especialmente em crianças, mas também se manifesta em problemas mais amplos, como a disseminação de analfabetismo e outras deficiências. Contudo, o autor também destaca que a abordagem baseada nas capacitações não descarta a ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das principais causas da pobreza, já que a falta de dinheiro pode ser um motivo central para a privação das capacidades de um indivíduo.

Além disso, Nussbaum (2000) complementa a visão de Sen ao sugerir que a qualidade de vida deve ser medida por uma série de capacitações centrais, que incluem a capacitação de viver uma vida digna, acesso à saúde, educação e a participação na vida comunitária. Ela destaca que as políticas públicas devem ser orientadas para promover essas capacitações, garantindo que todos os indivíduos tenham oportunidades iguais para desenvolver seu potencial.

Dessa forma, fica evidente a importância de estudos que contextualizem a pobreza em relação à estrutura social e institucional, em detrimento a abordagens que a definem apenas pela baixa renda. Essa abordagem inadequada desvia a atenção intelectual e científica das condições de privação experimentadas pelos pobres, as quais deveriam ser consideradas elementos essenciais em todas as análises e estudos.

Conforme Townsend (1993 apud Codes, 2008), a pobreza deve ser entendida em termos de privação relativa, onde os indivíduos são pobres se não podem alcançar o nível de recursos considerado necessário pela sociedade em que vivem. Essa definição amplia o conceito de pobreza para além da simples falta de

renda, incluindo a incapacidade de participar plenamente na vida social, cultural e econômica da comunidade.

Segundo Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), o PIB é a medida mais utilizada para avaliar a atividade econômica, com padrões internacionais bem estabelecidos para seu cálculo. No entanto, essa métrica mede principalmente a produção de mercado e não o bem estar econômico, o que pode levar a interpretações enganosas sobre o quão bem as pessoas realmente estão. Os autores argumentam que os padrões de vida estão mais associados a medidas de renda real e consumo, já que a produção pode aumentar enquanto a renda diminui, ou vice versa. Contudo, mesmo medidas como renda e consumo, de forma isolada, não são adequadas para mensurar a pobreza, uma vez que ela não depende apenas de variáveis monetárias:

O bem estar de uma população e, conseqüentemente, sua pobreza, que é uma manifestação de insuficiência de bem estar, dependem de variáveis monetárias e não monetárias. É certamente verdade que, com uma renda ou orçamento de consumo mais elevado, uma pessoa pode ser capaz de melhorar a posição de alguns de seus atributos monetários e não monetários. Mas, ao mesmo tempo, pode ser o caso de que os mercados para alguns atributos não monetários não existam, por exemplo, com alguns bens públicos. Também pode acontecer que os mercados sejam altamente imperfeitos, por exemplo, no caso do racionamento. Portanto, a renda como o único indicador de bem-estar é inadequada e deve ser suplementada por outros atributos ou variáveis, como habitação, alfabetização, expectativa de vida, provisão de bens públicos e assim por diante (Bourguignon; Chakravarty, 2003, p. 26, tradução nossa)⁷.

Ferreira e Lugo (2013) argumentam que a insuficiência de renda, que resulta na incapacidade de adquirir certos bens essenciais, é um aspecto central do fenômeno da pobreza. No entanto, a baixa renda geralmente está ligada a privações em outras áreas, como saúde, educação, status social e poder político, que são mais difíceis de quantificar.

O relatório "*World Development Report*" do Banco Mundial (2017) reforça essa perspectiva ao destacar que a pobreza é um fenômeno multidimensional. O

⁷ "However, the well-being of a population and, hence its poverty, which is a manifestation of insufficient well-being, depend on both monetary and non-monetary variables. It is certainly true that with a higher income or consumption budget a person may be able to improve the position of some of his/her monetary and non-monetary attributes. But at the same time it may be the case that markets for some non-monetary attributes do not exist, for example, with some public good. It may also happen that markets are highly imperfect, for instance, in the case of rationing. Therefore, income as the sole indicator of well-being is inappropriate and should be supplemented by other attributes or variables, e.g., housing, literacy, life expectancy, provision of public goods and so on"

relatório argumenta que as políticas de combate à pobreza devem ir além da transferência de renda, incluindo intervenções nas áreas de educação, saúde, infraestrutura e proteção social para garantir que as pessoas possam escapar da pobreza de forma sustentável.

Ravallion (2011) destaca que medir a pobreza apenas com base na renda e na capacidade de adquirir bens de mercado não captura completamente a experiência da pobreza. O autor sugere que outras dimensões do bem estar, como saúde, educação e acesso a serviços básicos, também são fundamentais para uma compreensão mais ampla da pobreza. Ainda, de acordo com Bradshaw e Finch (2003), não é seguro depender de uma única métrica para medir a pobreza, pois os resultados obtidos dessa forma não são suficientemente confiáveis.

2.3 POBREZA SOB UMA ÓTICA MULTIDIMENSIONAL

Mais recentemente, no ano de 2010, a abordagem multidimensional da pobreza foi formalizada e passou a ser amplamente adotada com a criação do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O objetivo central do índice era avaliar a pobreza além da abordagem tradicional da renda, observando diversas outras privações que uma pessoa pobre enfrenta em diferentes dimensões.

Nas últimas décadas, com o entendimento da pobreza como um fenômeno multifacetado, diversos autores⁸ vêm contribuindo com o debate com diferentes abordagens para analisar e compreender a complexidade da pobreza. Essas abordagens variam desde a falta de recursos financeiros, até questões sociais, como educação, privação de capacitações e exclusão social. No entanto, Codes (2008) argumenta que os diferentes conceitos de pobreza não devem ser considerados como concorrentes entre si. Na verdade, além da possibilidade de coexistirem, as formulações mais recentes tendem a incluir contribuições das anteriores, permitindo que as diversas dimensões apresentadas por cada conceito sejam integradas e articuladas, formando uma nova abordagem.

⁸ Sen (2000), Nussbaum (2000), Sachs (2005).

Sen (2000) explora a perspectiva da pobreza como privação de capacitações, incluindo fatores como saúde, educação e nutrição, que são pilares importantes visando a qualidade de vida da população:

A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e para a qualidade de vida (como já foi discutido). A expansão dos cuidados de saúde, educação, segurança social, etc., contribui diretamente para a qualidade de vida e para seu florescimento. Há todas as evidências de que, mesmo com uma renda relativamente baixa, um país que garante cuidados de saúde e educação para todos pode realmente alcançar resultados notáveis em termos de duração e qualidade de vida de toda a população (Sen, 2000, p. 144, tradução nossa)⁹.

Embora seja essencial diferenciar conceitualmente a ideia de pobreza como insuficiência de capacitações da ideia de pobreza como baixa renda, Sen (2000) acredita que as duas abordagens estão inevitavelmente conectadas, uma vez que a renda é um meio crucial para alcançar capacitações.

Seguindo essa linha de pensamento, a educação surge como um fator crucial na análise da pobreza multidimensional. Diversos autores¹⁰, incluindo Schwartzman (2004), citam a importância da educação ao abordar a pobreza. O autor revela que pesquisas econométricas indicam que, entre os diversos fatores que influenciam a renda, a educação é, de longe, o mais significativo. Ainda, o autor argumenta que em 2001, a renda média mensal de pessoas com ensino superior era aproximadamente R\$2.200, enquanto a renda média daqueles sem educação era dez vezes menor. Complementando esta ideia, Schwartzman (2004) aborda como a educação pode afetar a experiência de pobreza e levar a desigualdade de renda:

Analistas que têm tratado do tema concordam que o maior correlato da desigualdade de renda no país são as diferenças em educação. Sem educação, é difícil conseguir emprego e, na ausência de uma população educada, poucos empregos de qualidade são criados. Com a escassez da educação, seu valor de mercado aumenta, e esta é uma das grandes causas da desigualdade de renda observada no país (Schwartzman, 2004, p. 35).

⁹ *“The creation of social opportunities makes a direct contribution to the expansion of human capabilities and the quality of life (as has already been discussed). Expansion of health care, education, social security, etc., contribute directly to the quality of life and to its flourishing. There is every evidence that even with relatively low income, a country that guarantees health care and education to all can actually achieve remarkable results in terms of the length and quality of life of the entire population.”*

¹⁰ Sen (2000), Schwartzman (1997), Codes (2008).

Para Sen (2000), embora uma melhor educação básica e cuidados de saúde melhorem diretamente a qualidade de vida da população, essas características também aumentam a capacidade de uma pessoa de obter uma renda e escapar da pobreza monetária. Para o autor, quanto mais abrangentes forem a educação básica e os cuidados de saúde, maior será a probabilidade de que até mesmo os indivíduos potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a pobreza.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 FONTE E TRATAMENTO DE DADOS

Para realizar uma medida multidimensional de pobreza para o estado de Santa Catarina, foi utilizado o método Alkire-Foster (2007), com dados provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais especificamente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2022. A PNAD visa acompanhar a evolução de diferentes informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país ao longo do tempo, produzindo indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes¹¹.

Para os processos de coleta e tratamento de dados foi usada a ferramenta *Data Zoom*¹², que disponibiliza gratuitamente pacotes em linguagem *Stata*¹³, a fim de simplificar o uso e leitura dos microdados domiciliares do IBGE.

3.2 O MÉTODO ALKIRE-FOSTER

Segundo Alkire e Foster (2007), algo importante que deve ser levado em consideração ao desenvolver uma nova metodologia para medir a pobreza é a possibilidade dela ser utilizada com dados reais, a fim de obter resultados significativos. Com essa ideia, no ano de 2007, os professores Sabina Alkire¹⁴ e James Foster¹⁵, da *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), desenvolveram o método Alkire-Foster (AF), uma das principais abordagens metodológicas utilizadas para a mensuração da pobreza multidimensional. Este método tem como base a privação que diferentes indivíduos enfrentam, observando diversos fatores, como educação, saúde e emprego.

¹¹ IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>

¹² Desenvolvido pelo Departamento de Economia da PUC-Rio e financiado pela FINEP, o Data Zoom possui acesso aberto e gratuito. Disponível em: <<https://www.econ.puc-rio.br/datazoom/index.html>>

¹³ O *Stata* é um software estatístico abrangente que oferece recursos para a análise e a organização de dados.

¹⁴ Sabina Alkire desempenha o cargo de diretora na Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford (OPHI), um instituto de pesquisa econômica vinculado ao Departamento de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford.

¹⁵ James Foster é professor de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade George Washington.

Conforme Alkire e Foster (2009), a escolha de uma abordagem para identificar quem é pobre é mais complexa quando as medidas de pobreza se baseiam não apenas em uma variável, mas em várias. Para isso, o método AF utiliza duas linhas de corte: a primeira linha visa identificar se a pessoa é privada ou não de um determinado indicador, como, por exemplo, possuir ou não acesso à internet em sua residência. Já o segundo ponto de corte delinea o grau de privação que uma pessoa deve estar para ser considerada pobre, ou seja, o número mínimo de indicadores que esse indivíduo deve ser privado para ser considerado pobre dentro de uma perspectiva multidimensional.

Para a elaboração de um índice de pobreza multidimensional baseado na metodologia AF deve-se seguir doze etapas. Segundo Alkire e Foster (2009), os seis primeiros passos são comuns entre diversas outras medições de pobreza multidimensional, enquanto os demais são mais específicos da metodologia utilizada neste trabalho. Estes são os doze passos citados por Alkire e Foster (2009):

- 1) Escolha da unidade de análise;
- 2) Escolha das dimensões;
- 3) Definição dos indicadores para cada uma das dimensões escolhidas;
- 4) Estabelecimento das linhas de corte;
- 5) Aplicação da primeira linha de corte;
- 6) Contagem das privações sofridas por cada indivíduo;
- 7) Definição da segunda linha de corte (k);
- 8) Aplicação da segunda linha de corte (k);
- 9) Cálculo da incidência de pobreza (H);
- 10) Cálculo do hiato de pobreza média ou intensidade da pobreza (A);
- 11) Cálculo da incidência ajustada (M_0);
- 12) Decomposição por grupos e segmentação por dimensões.

3.3 O MÉTODO ALKIRE-FOSTER PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA

Escolha da unidade de análise

O primeiro passo é determinar a unidade de análise, podendo ser um indivíduo, uma residência, uma comunidade ou, até mesmo, um grupo de pessoas

que são alvo da pesquisa. Para o presente estudo, a unidade de análise é a população do estado de Santa Catarina.

Escolha das dimensões da pobreza

Segundo Bourguignon e Chakravarty (2003), a renda é um indicador isolado de bem estar e, portanto, deveria ser suplementado por outros atributos ou variáveis. Kageyama e Hoffmann (2006) argumentam que avaliar o sucesso econômico de uma nação unicamente pela renda ou outro indicador objetivo de riqueza faz com que se perca de vista a melhoria do bem estar da população. Dessa forma, se faz necessário estabelecer diferentes dimensões da pobreza, como, saúde, educação, renda e condições habitacionais.

A escolha das dimensões é de suma importância para garantir uma abordagem abrangente na avaliação da pobreza. Conforme Araujo, Moraes e Cruz (2013), considerar inúmeras variáveis em diferentes dimensões, é essencial para analisar a multidimensionalidade da pobreza. Além disso, a adoção dessa perspectiva multidimensional é vista como uma evolução sobre a ótica unidimensional, permitindo uma compreensão mais completa da pobreza, identificando não apenas a escassez material, mas também as privações em outras áreas essenciais para a vida do indivíduo.

Dada a relevância do processo de determinação das dimensões que definem a condição de pobreza, é imprescindível explorar outras abordagens e pesquisas sobre o assunto. Nessa perspectiva, o Quadro 1 apresenta uma síntese de diversos estudos que abordam o tema, destacando diferentes dimensões e indicadores escolhidas por pesquisadores para analisar e compreender a pobreza.

Quadro 1 – Dimensões utilizadas em estudos de pobreza multidimensional (continua)

Silva (2020)	
Dimensões	Indicadores
1. Saúde	1.1 Nutrição 1.2 Mortalidade infantil
2. Educação	2.1 Anos de estudo 2.2 Frequência escolar

Quadro 1 – Dimensões utilizadas em estudos de pobreza multidimensional (continuação)

Silva (2020)	
3. Padrão de Vida	3.1 Combustível para cozinhar 3.2 Condições sanitárias 3.3 Água 3.4 Eletricidade 3.5 Piso 3.6 Ativos
Fahel, Teles e Caminhas (2016)	
Dimensões	Indicadores
1. Saúde	1.1 Mortalidade infantil 2.1 Anos de escolaridade
2. Educação	2.1 Anos de escolaridade 2.2 Frequência escolar
3. Padrão de Vida	3.1 Combustível para cozinhar 3.2 Saneamento básico 3.3 Água 3.4 Eletricidade 3.5 Tratamento do lixo 3.6 Bens adquiridos
Vieira, Kuhn e Marin (2017)	
Dimensões	Indicadores
1. Educação	1.1 Alfabetização 1.2 Anos de estudo
2. Condição Domiciliares	2.1 Condição de ocupação do imóvel 2.2 Energia elétrica 2.3 Itens domiciliares
3. Saúde de Condições Sanitárias	3.1 Abastecimento de água 3.2 Instalações sanitárias 3.3 Tipo de escoadouro das instalações sanitárias 3.4 Destino do lixo 3.5 Número de banheiros no domicílio
4. Renda e Trabalho	4.1 Renda domiciliar 4.2 Emprego
Otonelli (2014)	
Dimensões	Indicadores
1. Educação	1.1 Taxa de alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais 1.2 Percentual de pessoas de 5 a 14 anos não alfabetizadas 1.3 Percentual de pessoas de 15 anos ou mais não alfabetizadas 1.4 Percentual de domicílios em que a pessoa responsável não é alfabetizada 1.5 Percentual de pessoas de 10 anos ou mais segundo o nível de instrução: sem instrução e ensino fundamental incompleto 1.6 Percentual de pessoas de 10 anos ou mais segundo o nível de instrução: fundamental completo e ensino médio incompleto 1.7 Percentual de pessoas de 10 anos ou mais segundo o nível de instrução: ensino médio completo e superior incompleto

Quadro 1 – Dimensões utilizadas em estudos de pobreza multidimensional (continuação)

Ottonelli (2014)	
2. Saúde	2.1 Mortalidade infantil (até 1 ano de idade) 2.2 Mortalidade até 5 anos de idade 2.3 Percentual de crianças e adolescentes, de 10 a 17 anos, com filhos 2.4 Percentual de domicílios com acesso aos tipos de esgotamento sanitário rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica
3. Condições Habitacionais	3.1 Percentual de domicílios com acesso a energia elétrica 3.2 Percentual de domicílios com acesso a rede de água 3.3 Percentual de domicílios com acesso a coleta de lixo 3.4 Percentual de domicílios com banheiro 3.5 Percentual de domicílios com densidade de moradores por dormitório acima de dois moradores 3.6 Percentual de domicílios com acesso à bem durável geladeira
4. Renda	4.1 Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios 4.2 Percentual de domicílios com rendimento de até meio salário mínimo
Silva (2018)	
1. Educação	1.1 Alfabetização 1.2 Anos de estudo
2. Saúde e condições sanitárias	2.1 Esgotamento sanitário 2.2 Abastecimento de água
3. Habitação	3.1 Condição de ocupação do imóvel 3.2 Energia elétrica 3.3 Coleta de lixo
4. Renda e trabalho	4.1 Renda 4.2 Emprego
Gomes (2022)	
1. Educação e acesso ao conhecimento	1.1 Alfabetização 1.2 Nível de instrução 1.3 Microcomputador
2. Condição de habitação	2.1 Condição de ocupação do domicílio 2.2 Energia elétrica 2.3 Ativos domiciliares 2.4 Número de banheiros no domicílio 2.5 Densidade dormitório
3. Saúde e condições sanitárias	3.1 Abastecimento de água 3.2 Esgotamento sanitário 3.3 Destino do lixo
4. Trabalho e renda	4.1 Renda 4.2 Emprego
Moraes, Marin e Vieira (2018)	
1. Educação	1.1 Alfabetização 1.2 Anos de estudo
2. Condições domiciliares	2.1 Condição de ocupação do imóvel 2.2 Energia elétrica 2.3 Itens domiciliares

Quadro 1 – Dimensões utilizadas em estudos de pobreza multidimensional (conclusão)

Moraes, Marin e Vieira (2018)	
3. Saúde e condições sanitárias	3.1 Abastecimento de água 3.2 Instalações sanitárias 3.3 Tipo de escoadouro das instalações sanitárias 3.4 Destino do lixo 3.5 Número de banheiros no domicílio
4. Renda e trabalho	4.1 Renda domiciliar 4.2 Emprego

Fonte: Elaborado pelo autor.

Silva (2020) construiu um índice de pobreza multidimensional para o Brasil utilizando a metodologia Alkire-Foster. As dimensões selecionadas pelo autor foram saúde, educação e padrão de vida, cada uma com seus respectivos indicadores. Na dimensão saúde, os indicadores escolhidos foram nutrição e mortalidade infantil. Para a dimensão educação, os indicadores foram anos de estudo e frequência escolar. Por fim, na dimensão padrão de vida, os indicadores foram combustível para cozinhar, condições sanitárias, água, eletricidade, piso e ativos.

Fahel, Teles e Caminhas (2016) conduziram um estudo sobre a pobreza multidimensional no Brasil, adotando o método Alkire-Foster. Foram utilizadas três dimensões: saúde, educação e padrão de vida. No âmbito da saúde, o indicador utilizado foi a taxa de mortalidade infantil, enquanto na dimensão da educação, foram considerados os anos de escolaridade e a frequência escolar. Já no que diz respeito ao padrão de vida, seis indicadores foram escolhidos, como o acesso a combustível para cozinhar, saneamento básico, água, eletricidade, tratamento de lixo e bens adquiridos.

O estudo conduzido por Vieira, Kuhn e Marin (2017) foi guiado pela metodologia Alkire-Foster, estudando a pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul. Foram definidas quatro dimensões para estudo: educação, condições domiciliares, saúde e condições sanitárias, e renda e trabalho. Dentro dessas dimensões, foram escolhidos doze indicadores, sendo eles: alfabetização, anos de estudo, condição de ocupação do imóvel, energia elétrica, itens domiciliares, abastecimento de água, instalações sanitárias, tipo de escoadouro das instalações

sanitárias, destino do lixo, número de banheiros no domicílio, renda domiciliar e emprego.

Ottonelli (2014) propõe uma análise multidimensional das condições de desenvolvimento humano, abrangendo quatro dimensões principais: educação, saúde, condições habitacionais e renda. Na dimensão da educação, são considerados indicadores como a taxa de alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais, o percentual de pessoas de 5 a 14 anos não alfabetizadas, o percentual de pessoas de 15 anos ou mais não alfabetizadas, o percentual de domicílios em que a pessoa responsável não é alfabetizada, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, e o percentual de pessoas de 10 anos ou mais com ensino médio completo e superior incompleto. Em relação a dimensão da renda, são explorados o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios e o percentual de domicílios com rendimento de até meio salário mínimo.

No âmbito da saúde, os indicadores escolhidos foram a taxa de mortalidade infantil (até 1 ano de idade), a taxa de mortalidade até 5 anos de idade, o percentual de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos com filhos, e o percentual de domicílios com acesso aos tipos de esgotamento sanitário, incluindo rede geral de esgoto, rede pluvial ou fossa séptica. Por fim, os indicadores utilizados na dimensão de condições habitacionais, foram o acesso à energia elétrica, à rede de água, à serviço de coleta de lixo nos domicílios, a densidade populacional por dormitório, além com a presença de banheiro e a posse de geladeira nos domicílios.

Silva (2018) realizou um estudo sobre pobreza multidimensional para as seis mesorregiões de Santa Catarina com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), utilizando o método Alkire-Foster. No seu trabalho foram definidas quatro dimensões: educação, saúde e condições sanitárias, habitação, e renda e trabalho. Dentro da dimensão educação, os indicadores utilizados foram a alfabetização e os anos de estudo. A dimensão saúde e condições sanitárias utilizou os indicadores esgotamento sanitário e abastecimento de água. Na dimensão habitação, os indicadores considerados foram a condição de ocupação do imóvel, o acesso à

energia elétrica e a coleta de lixo. Já na dimensão renda e trabalho, foram selecionados os indicadores de renda e emprego.

Gomes (2022), através da metodologia Alkire-Foster e dos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), analisou a pobreza multidimensional na microrregião de Florianópolis, em Santa Catarina. O autor também utilizou quatro dimensões para a realização do estudo: educação e acesso ao conhecimento, condição de habitação, saúde e condições sanitárias, e trabalho e renda. Na dimensão educação e acesso ao conhecimento, foram escolhidos os indicadores alfabetização, nível de instrução e a posse de microcomputadores. Já na condição de habitação foi avaliada a condição de ocupação do domicílio, acesso à energia elétrica, ativos domiciliares, número de banheiros e densidade de dormitório. A dimensão saúde e condições sanitárias teve como indicadores o abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo. Por fim, a dimensão trabalho e renda, assim como no trabalho de Silva (2018), utilizou os indicadores de renda e emprego.

Moraes, Marin e Vieira (2018) exploraram a pobreza multidimensional nos municípios de Santa Catarina nos anos de 2000 e 2010, utilizando o método Alkire-Foster. O estudo foi estruturado em torno de quatro dimensões: educação, condições domiciliares, saúde e condições sanitárias, e renda e trabalho. Na dimensão educação, os indicadores escolhidos foram alfabetização e anos de estudo. A dimensão condições domiciliares incluiu a condição de ocupação do imóvel, acesso à energia elétrica e itens domiciliares. Já a dimensão saúde e condições sanitárias teve como indicadores selecionados o abastecimento de água, instalações sanitárias, tipo de escoadouro das instalações sanitárias, destino do lixo e número de banheiros no domicílio. Finalmente, a dimensão renda e trabalho foi abordada através dos indicadores de renda domiciliar e emprego.

Definição dos indicadores e da primeira linha de corte

A próxima etapa consiste em estabelecer os indicadores e suas linhas de corte correspondentes para cada uma das dimensões escolhidas. A primeira linha de corte visa identificar se a população de Santa Catarina é privada ou não privada

em relação a cada um dos indicadores adotados. Neste trabalho, foram propostas quatro dimensões distribuídas em nove indicadores, podendo ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 – Dimensões seleccionadas, seus indicadores e primeira linha de corte (continua)

Dimensão	Indicador	Microdados IBGE	Não privado se
Educação	Alfabetização ¹⁶	- Alfabetizado; - Não alfabetizado.	For alfabetizado
	Nível de instrução ¹⁷	- Sem instrução e fundamental incompleto; - Fundamental completo; - Médio completo; - Superior incompleto; - Superior completo.	Completo ou ao menos o ensino fundamental.
Condições habitacionais	Condição de ocupação do imóvel	- Próprio, já pago; - Próprio, ainda pagando; - Alugado; - Cedido por empregador; - Cedido de outra forma; - Outra condição.	For próprio, já pago ou ainda pagando.
	Energia elétrica	- Tem; - Não tem.	Tiver acesso no domicílio.
	Ativos domiciliares	- Geladeira; - Televisão; - Telefone celular; - Acesso à internet.	Tiver acesso a pelo menos geladeira, televisão, telefone celular e acesso à internet.
Saúde e condições sanitárias	Abastecimento de água	- Rede geral com canalização interna; - Rede geral sem canalização interna; - Poço ou nascente com canalização interna; - Poço ou nascente sem canalização interna; - Outra forma.	Tiver acesso à rede geral com canalização interna.
	Esgotamento sanitário	- Rede geral de esgoto ou pluvial; - Fossa séptica; - Fossa rudimentar; - Vala; - Rio, lago ou mar; - Outro.	Tiver acesso à rede geral de esgoto.

¹⁶ Crianças menores de 8 anos foram consideradas não privadas, tendo em vista que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que crianças aos 7 anos saibam ler e escrever ao final do segundo ano.

¹⁷ Jovens menores de 15 anos foram considerados não privados, já que antes dessa idade o adolescente ainda estará cursando o ensino fundamental, que possui duração de nove anos, iniciando-se aos seis anos de idade.

Quadro 2 – Dimensões selecionadas, seus indicadores e primeira linha de corte (conclusão)

Dimensão	Indicador	Microdados IBGE	Não privado se
Trabalho e renda	Renda ¹⁸	- Rendimento domiciliar per capita ¹⁹ .	Obter valor per capita superior a R\$637,00
	Emprego ²⁰	- Ocupado; - Desocupado.	Estiver empregado na semana de referência

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na dimensão educação, foram escolhidos dois indicadores fundamentais: alfabetização e nível de instrução. Segundo Schwartzman (2004), acreditar ingenuamente que a pobreza e a desigualdade podem ser eliminadas apenas com vontade política ou redistribuição de recursos dos ricos para os pobres é simplista. O autor argumenta que a principal causa da desigualdade de renda no país são as disparidades educacionais.

Para a dimensão condições habitacionais, foram selecionados indicadores que buscam compreender o acesso à infraestrutura básica e aos itens domiciliares, visando explorar a condição em que as pessoas vivem em seus domicílios. Dessa forma, foram observados a condição de ocupação do imóvel, a presença energia elétrica e os ativos domiciliares, como televisão, geladeira e telefone celular.

A dimensão saúde e condições sanitárias desempenha um papel importante na análise da qualidade de vida da população. Conforme apontado por Ribeiro e Rooke (2010), a ausência de saneamento básico está associada a várias doenças, influenciando diretamente o bem estar dos indivíduos. Dessa forma, foram

¹⁸ Foi estabelecido uma renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$637,00 para ser considerado pobre, tendo em vista que, segundo o IBGE, em 2022 as pessoas que viviam com menos de R\$200,00 eram consideradas extremamente pobres, enquanto quem vivia com menos de R\$637,00 estava em situação de pobreza. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>>

¹⁹ Segundo Rocha (1996), ao analisar a renda em um estudo sobre pobreza, existe um consenso de que a renda familiar per capita é a medida mais adequada para avaliar a pobreza, pois esta variável considera todos os rendimentos dos membros do núcleo familiar, bem como o número total de pessoas no domicílio, proporcionando uma visão mais abrangente e justa da situação econômica da família.

²⁰ Os indivíduos menores de 18 anos foram considerados não privados, mesmo o trabalho sendo permitido a partir dos 14 anos de idade (como jovem aprendiz) e de 16 a 18 anos como menor trabalhador.

selecionados os indicadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário para de compreender essa dimensão.

Por fim, foi escolhida a dimensão trabalho e renda, sendo muito relevante, pois, segundo Morin (2001), além do sustento financeiro, o trabalho também é visto como uma maneira de desenvolver habilidades e fortalecer a identidade pessoal. Além de criar conexões sociais significativas e permitir que as pessoas contribuam para o mundo, dando um propósito à vida.

Aplicação da primeira linha de corte

Nesta etapa, é necessário aplicar a primeira linha de corte, que determina se a população catarinense é classificada como privada (P) ou não privada (NP) para cada um dos indicadores das quatro dimensões escolhidas. Na equação 1, a matriz A apresenta três indivíduos nas dimensões X, Y e W. A equação 2, mostra a matriz Z, que apresenta a linha de corte de cada um dos indicadores escolhidos.

$$A = \begin{matrix} & \begin{matrix} X & Y & W \end{matrix} \\ \begin{matrix} \text{Pessoas} \\ \text{Pessoas} \\ \text{Pessoas} \end{matrix} & \begin{bmatrix} 9 & 8 & 8 \\ 8 & 4 & 7 \\ 5 & 7 & 8 \end{bmatrix} \end{matrix} \quad (1)$$

$$Z = [7 \quad 5 \quad 6] \quad (2)$$

A equação 3 ilustra a aplicação da primeira linha de corte, simbolizada pela matriz Z. Os indicadores que apresentaram pessoas em situação de privação são representados pelo valor 1, enquanto aqueles que não apresentam privações são representados pelo valor 0.

$$A = \begin{matrix} & \begin{matrix} X & Y & W \end{matrix} \\ \begin{matrix} \text{Pessoas} \\ \text{Pessoas} \\ \text{Pessoas} \end{matrix} & \begin{bmatrix} 0 & 0 & 0 \\ 0 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 0 \end{bmatrix} \end{matrix} \quad (3)$$

Neste estudo, utilizando o software *Stata*, foram geradas variáveis *dummy* para cada um dos indicadores analisados (Quadro 3) em suas respectivas dimensões. Considerando a linha de corte especificada no Quadro 2, indivíduos não

privados foram codificados como 0, enquanto os indivíduos privados receberam o número 1.

Quadro 3 – Variáveis Dummy utilizadas no Software Stata

<i>Dummy</i>	Indicador	Correspondente nos microdados PNAD 2022
1	Alfabetização	alfabetização_pnad
2	Nível de instrução	nível_instrucao_pnad
3	Condição de ocupação	condição_ocupacao_pnad
4	Energia elétrica	eletricidade_pnad
5	Ativos domiciliares ²¹	celular_pnad; geladeira_pnad; televisao_pnad; internet_pnad
6	Abastecimento de água	abastecimento_agua_pnad
7	Esgotamento sanitário	esgotamento_pnad
8	Renda	renda_domiciliar_pnad
9	Emprego	emprego_pnad

Fonte: Elaborado pelo autor

Contagem do número de privações

Na sexta etapa, é necessário somar os indicadores onde a população de Santa Catarina apresenta privação, contabilizando quantos indicadores mostram essa condição. Cada indicador deve receber um peso que reflita sua importância relativa no índice de pobreza multidimensional. Neste estudo, todos os indicadores dentro de cada dimensão têm o mesmo peso, e as quatro dimensões são igualmente ponderadas²².

Como resultado da contagem do número de privações, temos a matriz C, como mostra a equação 4.

$$C = \begin{bmatrix} 0 \\ 1 \\ 1 \end{bmatrix} \quad (4)$$

²¹ Como apresentado no Quadro 2, o indicador “ativos domiciliares” é composto por diferentes ativos, sendo necessário criar diferentes variáveis para compor esse indicador.

²² Conforme Alkire e Foster (2011), a escolha dos pesos dimensionais pode ser vista como um julgamento de valor que deve estar aberto a debates públicos e críticas: “*It is not so much a question of holding a referendum on the values to be used, but the need to make sure that the weights – or ranges of weights – used remain open to criticism and chastisement, and nevertheless enjoy reasonable public acceptance*” (Foster; Sen, 1997 apud Alkire; Foster, 2011, p. 480).

Após construir a matriz de contagem de privações, define-se a segunda linha de corte, chamada K , que determina o número mínimo de indicadores nos quais um indivíduo deve apresentar privação para ser considerado pobre em termos multidimensionais.

Definição da segunda linha de corte (k)

Segundo Fahel, Teles e Caminhas (2016), no índice de pobreza multidimensional (IPM) global, uma pessoa é considerada pobre se sua pontuação de privação for igual ou superior a $1/3$. Ou seja, para que uma pessoa seja classificada como pobre, a privação que ela enfrenta deve corresponder a, no mínimo, um terço dos indicadores. Dessa forma, a fim de estabelecer a segunda linha de corte, denominada de “ k ”, também iremos adotar o valor de $k=1/3$, ou seja, no caso deste estudo, que apresenta nove indicadores, o indivíduo será considerado multidimensionalmente pobre caso seja privado em três ou mais indicadores.

Aplicação da segunda linha de corte (k)

Aplicando a linha de corte k , identificam-se as pessoas que são multidimensionalmente pobres, excluindo-se os dados das que não são consideradas pobres. Aqueles que enfrentam três ou mais privações terão seus indicadores marcados com o número 1. Já as pessoas com menos de três privações terão todos os seus indicadores marcados com zero, pois a medida concentra-se exclusivamente nas pessoas identificadas como multidimensionalmente pobres.

Considerando uma matriz de contagem de privações hipotética C , chegamos à matriz $C(k)$. Como citado anteriormente, será atribuído o número 1 para os indivíduos que apresentarem três ou mais privações e zero para os demais. Dessa forma, como os indivíduos da primeira e segunda linha da matriz C (equação 5) apresentam duas e nenhuma privação, respectivamente, será atribuído o valor zero na matriz $C(k)$ (equação 6), indicando que essas pessoas não são multidimensionalmente pobres. Por outro lado, os indivíduos da terceira e quarta linha da matriz C serão marcados com o número 1, já que são privados em quatro e cinco indicadores, respectivamente, sendo identificados como pobres sob uma ótica multidimensional.

$$C = \begin{bmatrix} 2 \\ 0 \\ 4 \\ 5 \end{bmatrix} \quad (5)$$

$$C(k = 3) = \begin{bmatrix} 0 \\ 0 \\ 1 \\ 1 \end{bmatrix} \quad (6)$$

Utilizando o *software Stata*, foi obtida a matriz de contagem de privações, indicando a quantidade de pessoas que respondera a pesquisa em Santa Catarina e o número de indicadores que cada uma delas é privada, sendo representada pela Tabela 1.

Tabela 1 – Matriz de privações para Santa Catarina ($k \geq 3$)

Indicador	Número pessoas (n)	Pessoas pobres (q)	Ponderação	Contagem de privações
0	2.267	0	0	0
1	5.593	0	0	0
2	5.636	0	0	0
3	3.601	3.601	1.200	10.803
4	1.914	1.914	851	7.656
5	722	722	401	3.610
6	202	202	135	1.212
7	34	34	26	238
8	2	2	2	16
9	0	0	0	0
Total	19.971²³	6.475	2.615	23.535

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do *Stata*

Cálculo da incidência de pobreza (H)

A taxa de incidência de pobreza (H), chamada de *headcount ratio*, é um indicador que revela a proporção de indivíduos em situação de pobreza em relação ao total da população sob análise. Após ser estabelecido a linha de corte, representada por k, calcula-se o percentual de pessoas classificadas como pobres em relação ao conjunto total de indivíduos. Por uma perspectiva matemática, tem-se

²³ O número total de observações para o estado de Santa Catarina foram de 23.901, contudo, ao excluir os valores ausentes (*missing values*) dos indicadores escolhidos, restaram 19.971 observações. Vale ressaltar que, segundo Bossert, Chakravarty e D'ambrosio (2009), a presença de valores ausentes pode comprometer os resultados do estudo.

que $H = q/n$, onde q representa o número de pessoas em situação de pobreza multidimensional e n é o total da população. No caso da Tabela 1, apresentada anteriormente, tem-se que:

$$H = 6.475/19.971 = 32,42\% \quad (7)$$

Cálculo do hiato de pobreza média ou intensidade da pobreza (A)

Para calcular a intensidade da pobreza, é necessário determinar o nível relativo de privações entre os indivíduos classificados como multidimensionalmente pobres, ou seja, somar as proporções das carências ponderadas de todos os indivíduos pobres e, em seguida, dividir essa soma pelo total de indivíduos pobres. Utilizando novamente como base a Tabela 1, temos que a intensidade da pobreza seria calculada como:

$$A = 2.615/6.475 = 40,39\% \quad (8)$$

Este resultado indica que, em média, os indivíduos pobres são privados em 40,39% dos indicadores considerados.

Cálculo da incidência ajustada (M_0) ou IPM

Nessa etapa é calculada a incidência ajustada, que representa a proporção de privações que a população pobre enfrenta em relação ao máximo das privações que toda a população poderia sofrer. Para calcular o M_0 ($H \times A$) será utilizado a incidência de pobreza (H) e a intensidade da pobreza (A), ambos calculados anteriormente. Dessa forma, tem-se:

$$M = 0,3242 \times 0,4039 = 0,1309 \quad (9)$$

Este resultado indica que o total de indicadores em que os pobres enfrentam privações corresponde a 13,09% do máximo possível na amostra analisada. Caso

$M_0 = 1$, significa que toda a população é privada em todos os indicadores (pobreza total). Por outro lado, se $M_0 = 0$, tem-se a ausência de pobreza.

Decomposição da medida

Por fim, deve-se realizar a decomposição da medida, podendo ser decomposta em dimensões e indicadores, bem como em diferentes grupos etários, gêneros e regiões. Essa característica faz com que seja possível criar perfis detalhados de pobreza, permitindo uma compreensão mais profunda das condições de vida da população, além de direcionar políticas públicas de forma mais adequada.

Os dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios além de permitir a análise dos resultados em escala nacional e estadual, permite a decomposição do estado de Santa Catarina em apenas quatro regiões: Região Metropolitana de Florianópolis (RMF), Florianópolis, RMF - exceto a capital e Santa Catarina - exceto RMF. Vale ressaltar que, devido à uma limitação nos dados disponíveis pela PNAD, não será possível analisar os dados por municípios, mesorregiões ou microrregiões.

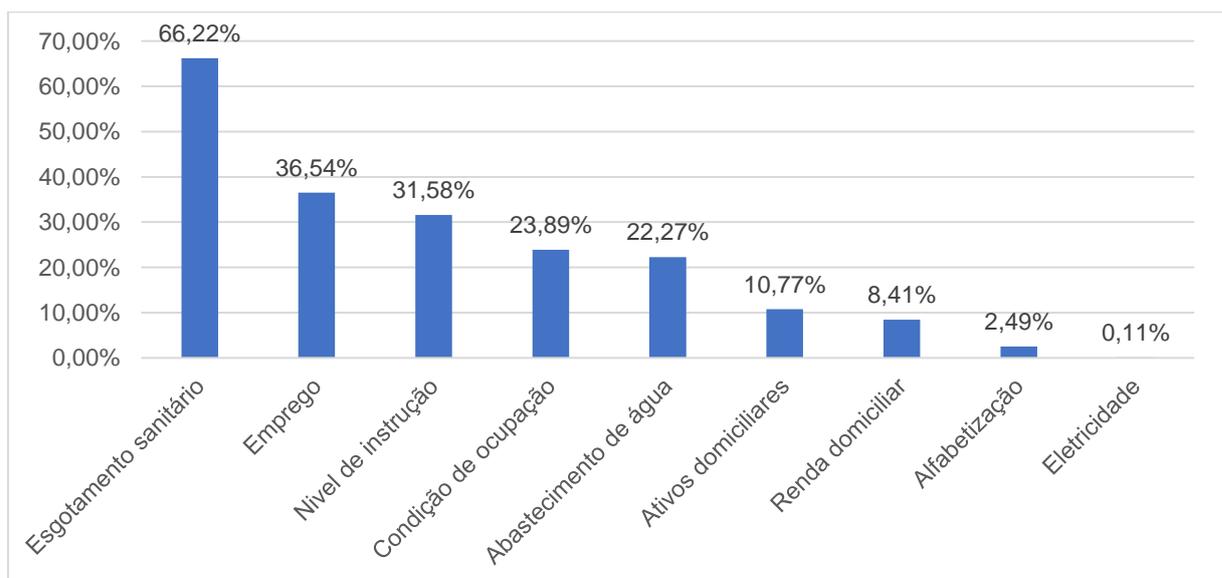
Dessa forma, neste trabalho optou-se por, além de analisar o estado de Santa Catarina como um todo, realizar a decomposição para cada uma das quatro regiões indicadas acima, a fim de identificar quais são as regiões mais e menos pobres e as principais privações enfrentadas pela população. Além disso, também foi analisado como o estado de Santa Catarina está posicionado em relação ao Brasil, visando entender e identificar os pontos em que o estado se destaca e onde pode haver melhorias.

4. POBREZA EM SANTA CATARINA: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da aplicação do método Alkire-Foster (2007) para mensuração da pobreza multidimensional. Primeiramente são analisados os resultados para o estado de Santa Catarina, contemplando os nove indicadores selecionados: alfabetização, nível de instrução, esgotamento sanitário, abastecimento de água, condição de ocupação, eletricidade, ativos domiciliares, renda e emprego. Posteriormente, cada um dos indicadores escolhidos é decomposto em cinco regiões: Santa Catarina, Região Metropolitana de Florianópolis, Florianópolis, RMF – exceto Florianópolis e Santa Catarina – exceto RMF. Adicionalmente, também são analisados os resultados do Brasil em relação a Santa Catarina.

Por fim, são apresentadas as medidas de incidência de pobreza (H), intensidade de pobreza (A) e a incidência ajustada de pobreza (Mo) para cada uma das regiões citadas acima.

Gráfico 1 – Percentual de privações nos indicadores selecionados: Santa Catarina



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

De acordo com o Gráfico 1, pode-se analisar que o indicador “esgotamento sanitário” apresenta a maior taxa de privação dentro de estado de Santa Catarina, com 66,22%. Além de afetar diretamente a qualidade de vida da população, esse elevado grau de privação também traz impactos econômicos para o estado: Segundo o estudo “Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no estado de Santa Catarina”, divulgado pelo instituto Trata Brasil²⁴ em outubro de 2021, o estado poderia ter trinta mil pessoas empregadas no setor e ganhar mais de oito bilhões em redução de gastos na saúde pública levando água tratada e esgotos a toda sua população. O estudo também relaciona diretamente o esgotamento sanitário com doenças que, além de trazer prejuízos ao indivíduo, podem resultar no afastamento das pessoas de seus empregos e aumentar as despesas públicas para o tratamento.

O indicador “emprego” obteve 36,54% de privação, sendo o segundo maior entre os nove indicadores selecionados. Esse dado reflete uma vulnerabilidade significativa no mercado de trabalho, indicando que mais de um terço da população com idade igual ou superior a dezoito anos não estava trabalhando em uma atividade remunerada em dinheiro na semana de referência. Vale ressaltar, entretanto, que ao serem considerados não privados os homens com idade igual ou superior a 65 anos e as mulheres com 62 anos ou mais²⁵, o número de catarinenses privados neste indicador cai para 20,56%.

Com relação ao nível de instrução, o estado apresenta uma privação de 31,58%, indicando que quase um terço da população não tem o ensino fundamental completo. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil²⁶, a média de anos de estudo em Santa Catarina é de 10,27 anos, reforçando os dados obtidos neste trabalho, uma vez que o ensino fundamental possui nove anos de duração.

²⁴ O Instituto Trata Brasil é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), constituída por empresas comprometidas com o progresso do saneamento básico e a conservação das águas nacionais.

²⁵ Segundo o governo brasileiro, estas são as idades mínimas exigidas para solicitar o benefício da aposentadoria. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-aposentadoria-por-idade-trabalhador-urbano>>

²⁶ O Atlas Brasil é produto da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Seu principal objetivo viabilizar o acesso amplo às diversas informações estatísticas que evidenciam características e desigualdades sociais no território brasileiro.

O indicador “condição de ocupação” evidencia que 23,89% da população estadual é privada neste âmbito, isto é, não possuem imóvel próprio (pago ou ainda sendo pago). Segundo Nadalin e Furtado (2011), pouco mais de 70% dos imóveis são pagos ou financiados, indicando que, embora os custos sejam altos, uma grande parcela da população consegue contornar esse desafio.

No que se refere ao abastecimento de água, Santa Catarina obteve 22,27% de privação neste indicador. Embora a carência seja aproximadamente três vezes menor em comparação ao esgotamento sanitário, a falta de acesso à rede geral pode trazer uma série de problemas, especialmente relacionados a saúde. Segundo um estudo recente do instituto Trata Brasil²⁷, a probabilidade de interrupção das atividades diárias devido a doenças transmitidas pela água tem uma correlação positiva com a falta de acesso à rede de abastecimento de água tratada.

O indicador “ativos domiciliares” contempla as condições habitacionais e a disponibilidade de bens essenciais nos lares. A taxa de privação de 10,77% no Gráfico 1 sugere que uma pequena parte dos catarinenses não possui acesso simultâneo à bens considerados básicos que, no caso deste estudo, são geladeira e três Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs): celular, televisão, internet. Além de serem amplamente utilizadas e necessárias na vida do indivíduo, estas tecnologias também tem um papel importante no desenvolvimento econômico e na melhora da qualidade de vida da população. Para Pereira e Silva (2012), as TICs desempenham um papel crucial no desenvolvimento local ao impulsionar o crescimento econômico através de investimentos no setor, criação de mais oportunidades de emprego e melhoria na qualidade de vida através de sua aplicação na educação e saúde.

A privação no indicador “renda domiciliar” foi de 8,41%, indicando que em apenas uma parcela relativamente pequena dos domicílios a renda per capita é igual ou inferior a R\$637,00, valor da faixa de renda adotada para ser considerado privado deste indicador. Embora não deva ser o único indicador a ser analisado, a renda constitui um elemento fundamental na medição da pobreza, uma vez que ajuda a

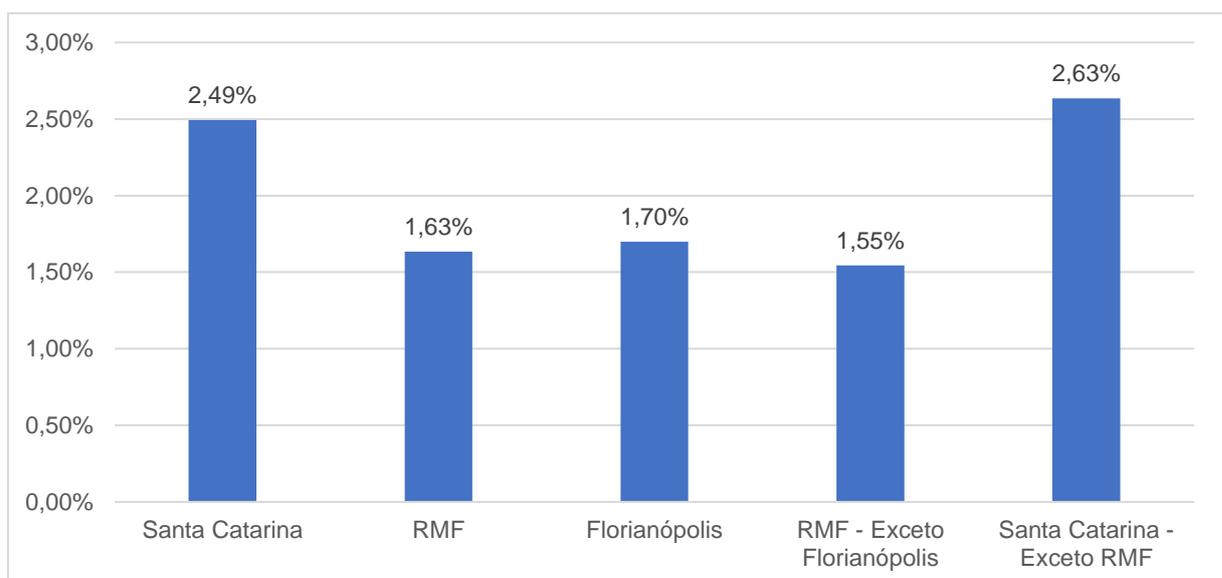
²⁷ Se trata do estudo “A vida sem saneamento: para quem falta e onde mora essa população?”, publicado em novembro de 2023.

determinar o acesso a outros indicadores, como alimentação, moradia adequada, ativos domiciliares e educação.

A privação em alfabetização, embora seja a segunda menor entre os indicadores analisados (2,49%), continua sendo uma questão problemática, pois a habilidade de ler e escrever é fundamental para a vida do indivíduo e para sua participação na sociedade. Segundo Wilson (2016), embora saber ler e escrever não garanta automaticamente um futuro econômico próspero, não ter essas habilidades geralmente acarreta em mais dificuldades na vida do indivíduo.

O indicador “eletricidade” apresenta o grau de privação mais baixo de Santa Catarina, com apenas 0,11%. Este dado positivo sugere que a maioria da população de Santa Catarina tem acesso a eletricidade, que é um aspecto fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, a energia elétrica afeta de forma direta diversos outros indicadores, sendo um indicador importante para o estudo, e necessário para a utilização de muitos ativos domiciliares, como televisão, celular e geladeira. Ainda, segundo Trigo (2004), não se pode negar o fato de que, na atualidade, a energia elétrica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades.

Gráfico 2 – Percentual de privação no indicador “alfabetização”, por regiões de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

O Gráfico 2 detalha o percentual de privação no indicador de alfabetização, segmentado por diferentes regiões de Santa Catarina. As regiões incluem Santa Catarina como um todo, a Região Metropolitana de Florianópolis, Florianópolis, RMF - Exceto Florianópolis, e Santa Catarina - Exceto RMF.

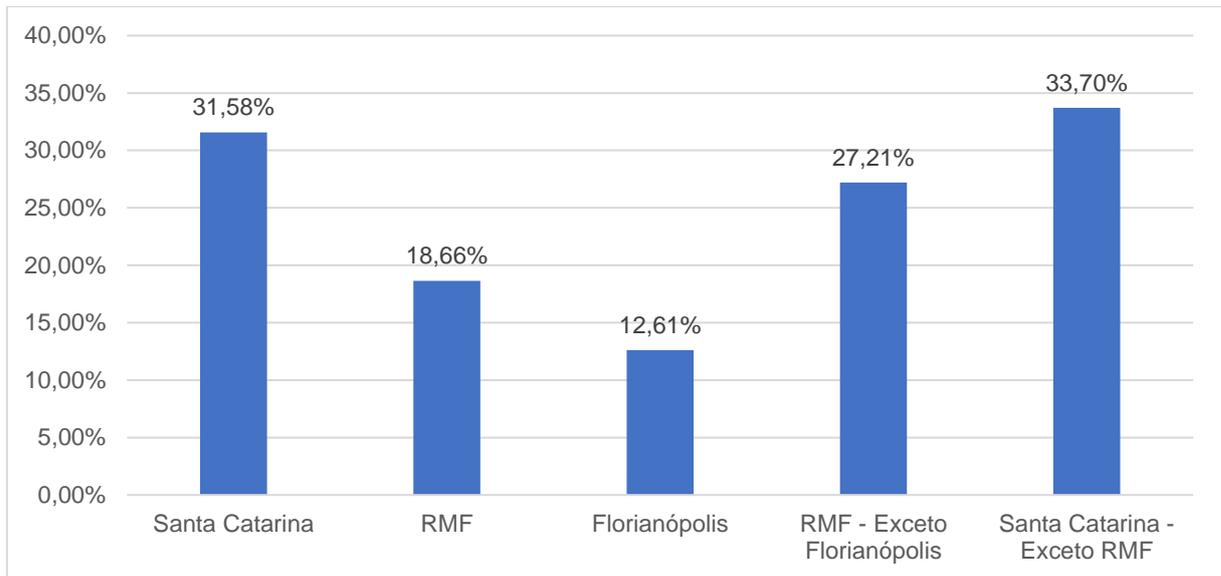
A privação de alfabetização é um indicador crítico, pois a capacidade de ler e escrever é fundamental para a integração social e econômica dos indivíduos. No geral, Santa Catarina apresenta uma privação de alfabetização de 2,49%, sendo um valor relativamente baixo. A privação do país, por exemplo, é de 8,24%, um valor mais de três vezes maior.

A Região Metropolitana de Florianópolis apresenta um percentual levemente menor de privação (1,63%) comparado a Florianópolis (1,70%), indicando que dentro da RMF, a capital apresenta percentual menor de pessoas alfabetizadas. Além disso, a RMF, exceto a capital, apresenta o melhor resultado do estado, com 1,55% de privação neste indicador. Adicionalmente, vale ressaltar que os resultados de toda Região Metropolitana de Florianópolis (incluindo ou excluindo a capital) são superiores à média estadual e evidenciam que essa região tende a ter melhores infraestruturas educacionais, além de sediar universidades como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), as duas instituições de ensino superior com os melhores cursos avaliados no estado²⁸.

Em Santa Catarina, exceto a RMF, o percentual de privação foi de 2,63%, conforme o Gráfico 2. Esse valor revela que a Região Metropolitana de Florianópolis tem resultados acima da média estadual, sendo uma região com mais pessoas alfabetizadas quando comparada com o restante do estado.

²⁸ NSC. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/veja-queis-instituicoes-de-ensino-superior-de-sc-tem-os-melhores-cursos-avaliados-segundo-inep>>

Gráfico 3 - Percentual de privação no indicador “nível de instrução”, por regiões de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

O Gráfico 3 explora a privação no nível de instrução entre diferentes regiões de Santa Catarina. O nível de instrução é um fator importante para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, além de afetar diretamente a renda:

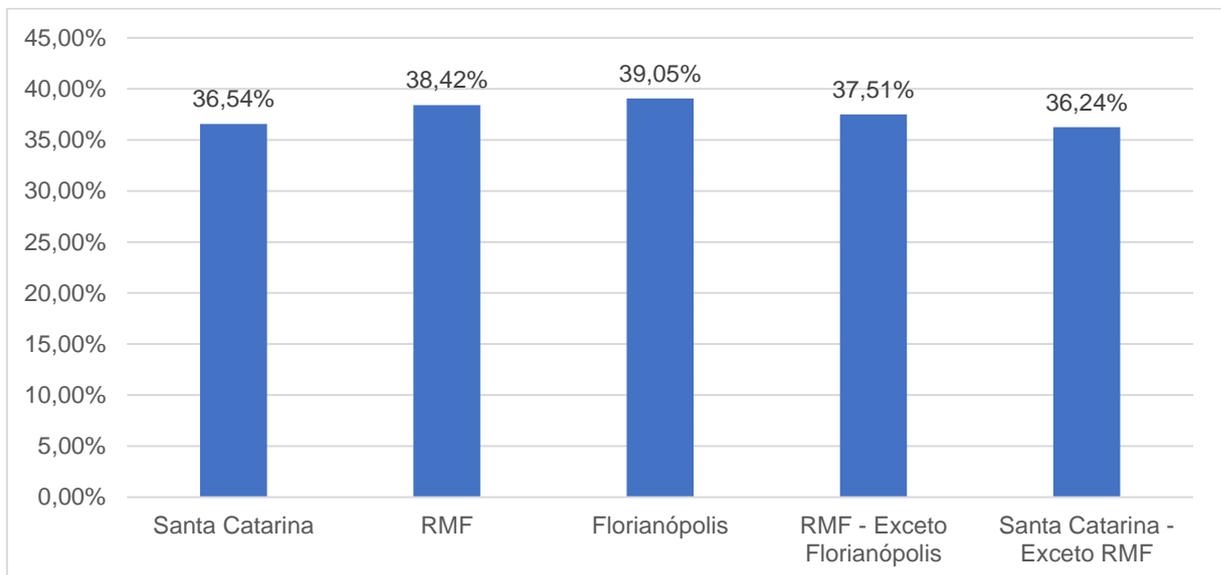
[...] a desigualdade de renda e de escolaridade são fortemente correlacionadas e, por sua vez, menores nas regiões/Estados mais ricos. A escolaridade média nas regiões mais pobres é cerca de três anos menor que nas regiões mais ricas. De fato, observa-se que a renda é diretamente proporcional à escolaridade, o que vem reforçar a hipótese de que o diferencial de renda pode ser explicado pela diferença de escolaridade (Salvato, Ferreira e Duarte, 2010, p. 762).

A média estadual de privação no nível de instrução foi de 31,58%, como pode ser visto no Gráfico 3. Dentro da RMF, a privação é menor, com 18,66%. Florianópolis, por sua vez, sendo a capital do estado, apresenta ainda melhores resultados, com 12,61% de privação, o melhor resultado dentro das regiões analisadas. Como citado anteriormente, Florianópolis se destaca positivamente no âmbito educacional, em parte, devido a presença de universidades conceituadas e grandes empresas, atraindo uma mão de obra mais especializada e, possivelmente, com maior nível de instrução. Ainda, é possível observar que, de fato, ao remover

Florianópolis da RMF, a privação deste indicador aumenta consideravelmente, alcançando 27,21%.

Por fim, Santa Catarina, quando desconsiderada a Região Metropolitana de Florianópolis apresenta uma privação de 33,70%, ou seja, apenas 66,30% da população tem o ensino fundamental completo, sendo este o pior resultado dentro das regiões consideradas.

Gráfico 4 - Percentual de privação no indicador “emprego”, por regiões de Santa Catarina



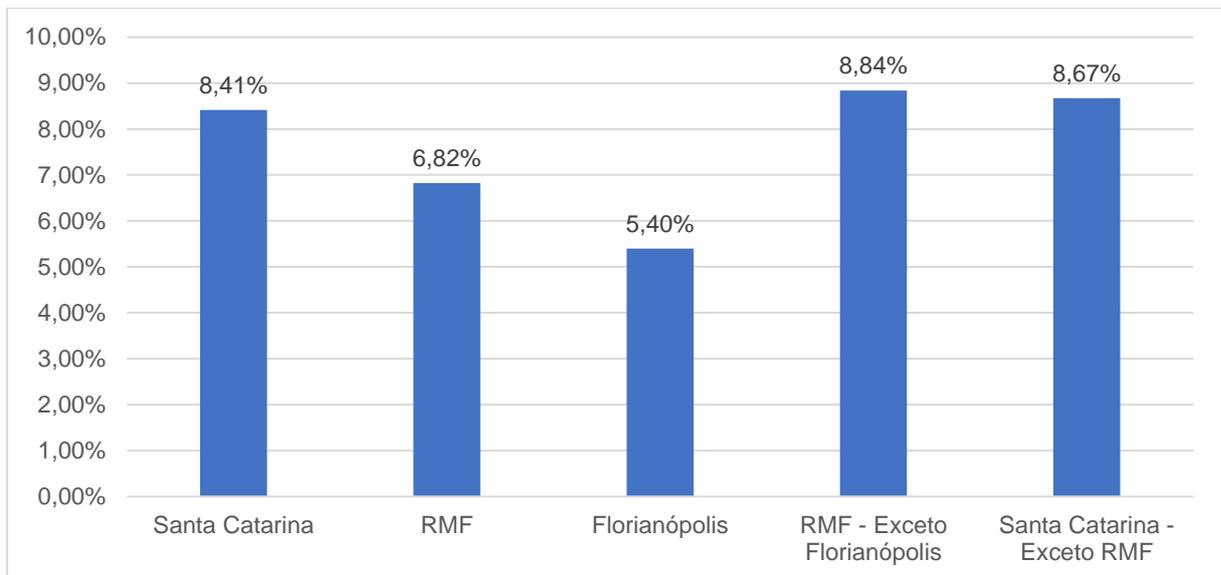
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

A privação de emprego em Santa Catarina foi de 36,54%. Na RMF, a privação é um pouco maior, com 38,42%. Florianópolis, por sua vez, destaca-se negativamente com o maior percentual de privação, atingindo 39,05%. Isso sugere que a capital enfrenta os maiores problemas relacionados ao emprego dentro das regiões analisadas. Já a RMF, excluindo a capital, apresenta uma privação de 37,51%, um pouco menor à de Florianópolis, mas ainda acima da média estadual, indicando que os problemas de emprego se estendem para o restante da região metropolitana.

Por outro lado, Santa Catarina, exceto a Região Metropolitana de Florianópolis, apresenta uma privação de emprego de 36,24%, um valor inferior à

média estadual. Esse dado vai em direção contrária a maioria dos indicadores, onde a capital apresenta menores níveis de privação.

Gráfico 5 - Percentual de privação no indicador “renda domiciliar”, por regiões de Santa Catarina

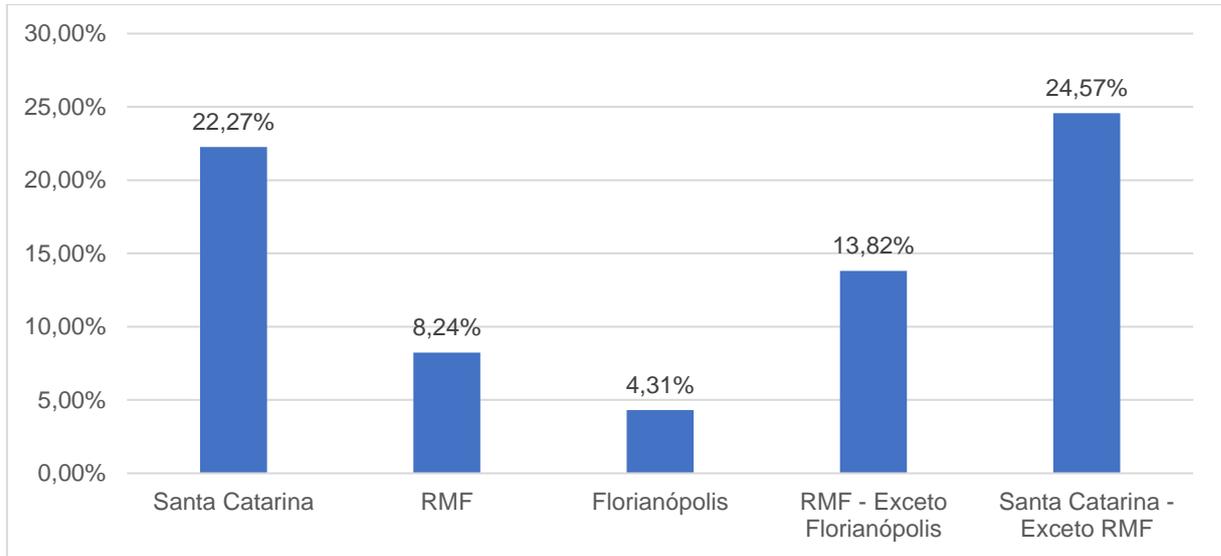


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

De acordo com o Gráfico 5, Santa Catarina como um todo apresenta uma privação de renda domiciliar de 8,41%, ou seja, uma parcela significativa da população vive com uma renda abaixo do necessário, sendo classificados como pobres. Já a Região Metropolitana de Florianópolis tem uma privação de renda domiciliar de 6,82%, sendo menor que a média estadual. A capital apresenta uma privação de 5,40%, destacando-se positivamente como a menor entre as regiões analisadas. Por outro lado, ao remover Florianópolis da RMF, tem-se um percentual de privação de 8,84%, o pior resultado do estado, o que pode ser resultado de baixos salários e subemprego.

Ainda, Santa Catarina, exceto RMF, apresenta uma privação de 8,67%, também superior à média estadual. Isso sugere que as áreas fora da Região Metropolitana de Florianópolis também enfrentam maiores dificuldades em relação a renda, possivelmente relacionado à menor oferta de empregos formais e rendas mais baixas.

Gráfico 6 - Percentual de privação no indicador “abastecimento de água”, por regiões de Santa Catarina



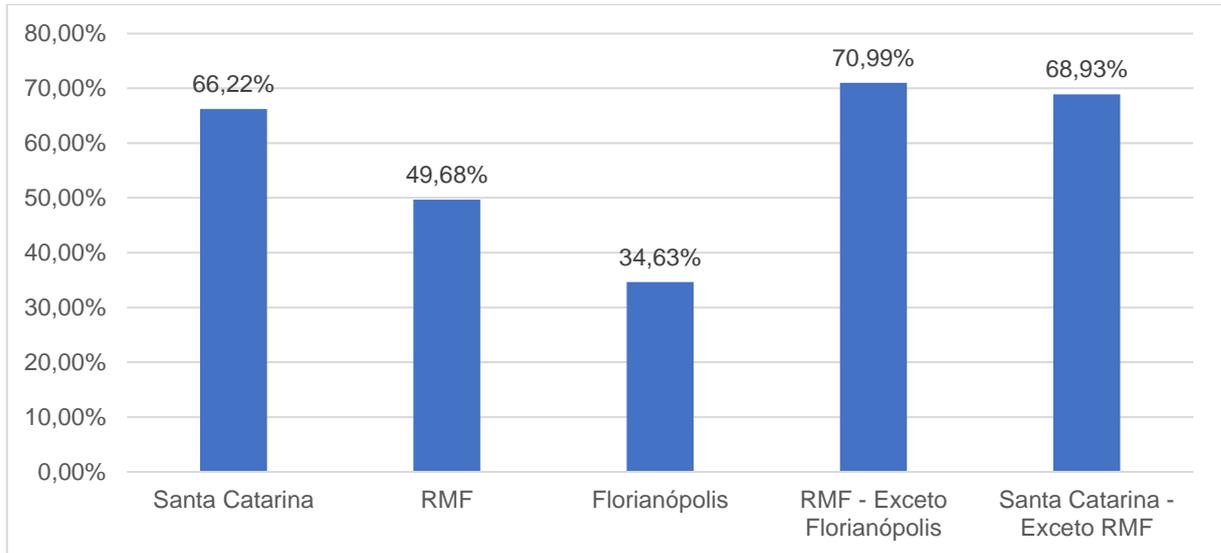
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

Pode-se inferir, com base no Gráfico 6, que Santa Catarina apresenta uma privação de abastecimento de água de 22,27%, indicando que uma parte significativa da população não tem acesso à rede geral. Na Região Metropolitana de Florianópolis, a privação foi de 8,24%, menos da metade da média estadual. Isso pode ser atribuído à melhores infraestruturas urbanas e maior investimento em redes de abastecimento de água.

Florianópolis, por sua vez, apresenta uma privação ainda menor, sendo 4,31%, indicando que a capital tem, percentualmente, a população com maior acesso à água tratada dentro das regiões analisadas. Por outro lado, o restante da Região Metropolitana de Florianópolis é privado em 13,82%, um número aproximadamente três vezes maior em comparação a capital.

Santa Catarina, exceto a RMF tem uma privação de 24,57%, a mais alta entre as observadas, superando a média estadual. Esse percentual de privação é preocupante e aponta para a necessidade de melhorias nas infraestruturas de abastecimento de água nas áreas mais afastadas da capital.

Gráfico 7 - Percentual de privação no indicador “esgotamento sanitário”, por regiões de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

Conforme o Gráfico 7, o Estado de Santa Catarina tem uma privação de esgotamento sanitário de 66,22%, a maior privação que o estado enfrenta dentro dos nove indicadores analisados. Este dado destaca um problema significativo de infraestrutura no estado, onde a maioria da população não tem acesso a sistemas de esgoto adequados. Como citado anteriormente, essa condição pode ter sérias implicações para a saúde da população, além de afetar outras áreas da economia.

A Região Metropolitana de Florianópolis apresenta uma privação de 49,68%, um valor significativamente menor que a média estadual, embora ainda seja muito elevado. A capital, por outro lado, apresenta uma privação de 34,63%, a menor entre as regiões analisadas. Ao observar os dados do restante RMF tem-se uma privação de 70,99%, um valor extremamente elevado e superior à média estadual. Por fim, Santa Catarina, exceto a RMF, apresenta a segunda maior privação, com 68,93%.

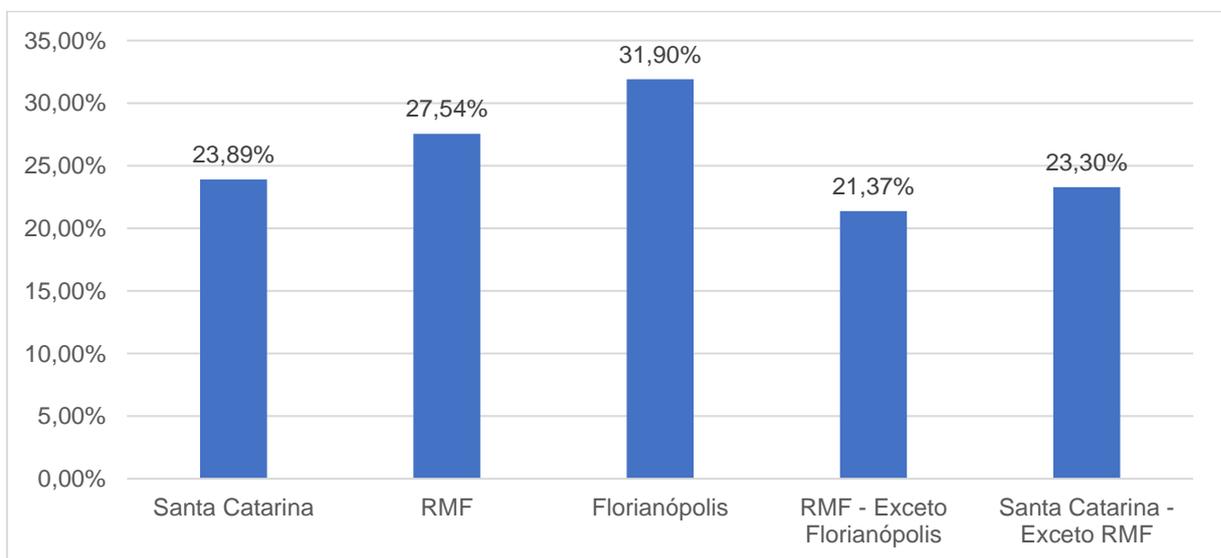
Os dados de todas as regiões de Santa Catarina são preocupantes e apontam a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria do saneamento básico. Além de ser fundamental para saúde e qualidade de vida da

população, estudos mostram que, caso o estado alcance a universalização do saneamento básico até 2040, teria ganhos líquidos de 14,8 bilhões em benefícios²⁹.

Por outro lado, em relação a eletricidade, o estado apresenta uma privação de apenas 0,11%, sendo o indicador com menor nível de privação entre os catarinenses. Este dado sugere que quase toda a população do estado tem acesso à eletricidade. A Região Metropolitana de Florianópolis, com ou sem a presença da capital, não apresenta privação alguma em relação a energia elétrica. Entretanto, Santa Catarina, exceto RMF, apresenta uma privação um pouco maior do que a média estadual, com 0,12%, embora ainda seja um valor muito baixo.

Esses dados indicam que mesmo as áreas rurais e menos urbanizadas do estado têm um bom acesso à eletricidade, embora ainda exista uma pequena porcentagem da população que é privada desse indicador.

Gráfico 8 - Percentual de privação no indicador “condição de ocupação”, por regiões de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

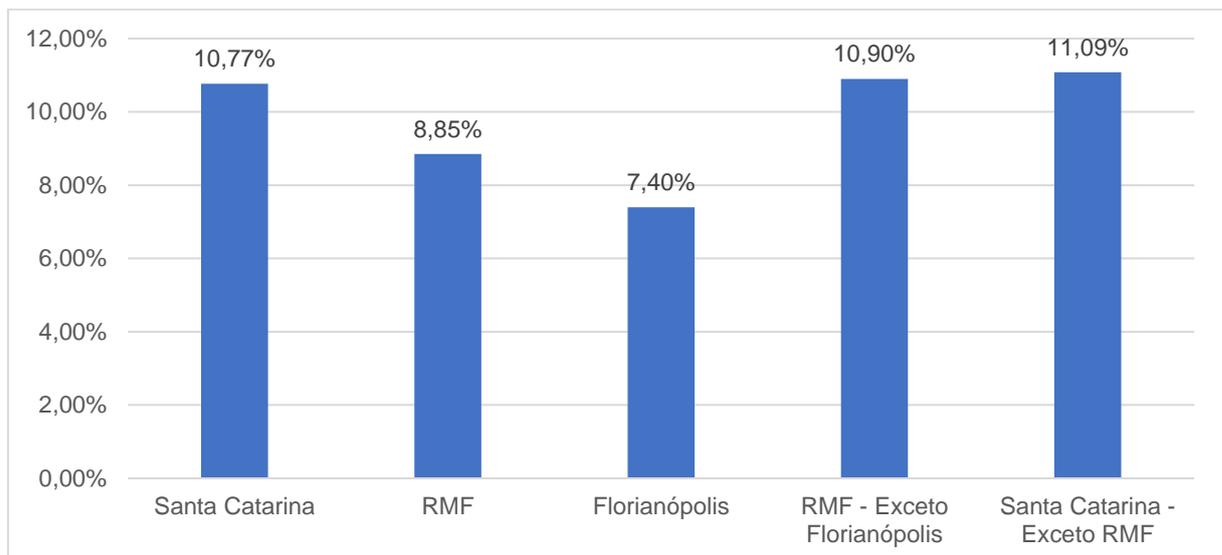
²⁹ Instituto Trata Brasil. Disponível em: <<https://tratabrasil.org.br/quase-metade-das-praias-de-santa-atarina-nao-sao-proprias-para-banho/>>

Como pode ser visto no Gráfico 8, Santa Catarina tem uma privação de condição de ocupação de 23,89%. Isso indica que quase um quarto da população não tem casa própria (paga ou ainda sendo paga)

Na Região Metropolitana de Florianópolis, a privação foi de 27,54%, maior que a média estadual. A capital, por sua vez, apresenta uma privação ainda maior, de 31,90%, a mais alta entre todas as regiões observadas. Por outro lado, o restante da RMF apresenta o menor nível de privação dentro das regiões analisada, com 21,37%. Ainda, Santa Catarina, desconsiderando a RMF apresenta uma privação de 23,30%, um pouco abaixo da média estadual.

Esses dados sugerem que as áreas fora da capital tendem a ter um número maior de pessoas com imóvel próprio (pago ou ainda pagando). Florianópolis, por exemplo, é responsável pelo quarto maior preço médio de imóveis por m² do Brasil³⁰, fazendo com que muitas pessoas optem pelo aluguel, devido as barreiras à compra de imóveis.

Gráfico 9 - Percentual de privação no indicador “ativos domiciliares”, por regiões de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

³⁰ Estadão. <<https://imoveis.estadao.com.br/noticias/santa-atarina-tem-4-das-5-cidades-mais-caras-do-brasil-para-comprar-um-imovel/>>

De acordo com o Gráfico 9, Santa Catarina tem uma privação de ativos domiciliares de 10,77%, indicando que uma parcela relevante da população não tem acesso simultâneo a geladeira, televisão, celular e internet

Na RMF, a privação foi de 8,85%, valor abaixo da média estadual. Florianópolis apresenta uma privação ainda menor, de 7,40%, destacando-se positivamente em relação as outras regiões analisadas. Já a Região Metropolitana de Florianópolis, exceto a capital, apresentou uma privação de 10,90%, um valor pouco superior à média estadual. Enquanto Santa Catarina, exceto a RMF, teve uma privação de 11,09%, a maior entre as cinco regiões consideradas.

Conforme a Tabela 2 abaixo, a incidência de pobreza em Santa Catarina foi de 32,42%. Este valor indica que quase um terço da população do estado é considerada pobre com base nos indicadores selecionados. Já na Região Metropolitana de Florianópolis, a incidência é significativamente menor, com 20,11%. Isso sugere que a essa região tem melhores condições de vida e um menor grau de pobreza, em grande parte pela presença da capital, que obteve 13,64% de incidência de pobreza, o menor valor das regiões analisadas. Por outro lado, ao remover a capital, esse valor sobe para 29,27%, reforçando a ideia de que Florianópolis contribui significativamente para a relativamente baixa incidência de pobreza da RMF.

Tabela 2 - Incidência, intensidade e índice de pobreza multidimensional: Santa Catarina, RMF, Florianópolis, RMF – Exceto Florianópolis e Santa Catarina – Exceto RMF

Região	Incidência de Pobreza (H)	Intensidade da Pobreza (A)	IPM (M₀)
Santa Catarina	32,42%	40,39%	13,09%
RMF	20,11%	39,40%	7,92%
Florianópolis	13,64%	39,11%	5,33%
RMF - Exceto Florianópolis	29,27%	39,59%	11,58%
Santa Catarina - Exceto RMF	34,44%	40,48%	13,94%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

Por fim, ao observar Santa Catarina, sem a presença da Região Metropolitana de Florianópolis, a incidência de pobreza aumenta para 34,44%, sendo o maior valor entre as observações e superior à média estadual.

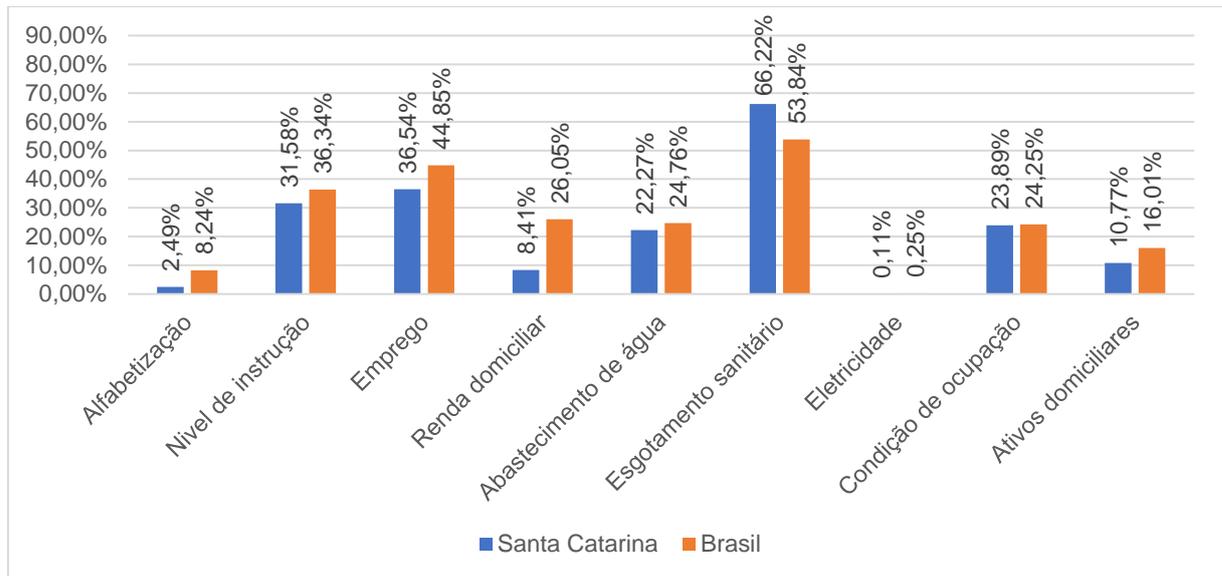
Já com relação à intensidade da pobreza, Santa Catarina obteve um resultado de 40,39%. Isso significa que os pobres são privados, em média, de 40,39% dos indicadores selecionados no estudo. Na RMF, a intensidade da pobreza é um pouco menor, com 39,40%. Embora a incidência seja menor nesta região, a intensidade das privações para os pobres é similar à média estadual, indicando que as pessoas são privadas de um percentual semelhante dos indicadores escolhidos. Em Florianópolis, a intensidade da pobreza foi de 39,11%, a mais baixa entre as regiões analisadas. Isso indica que, além de ter uma menor incidência de pessoas pobres, também tem a menor intensidade de pobreza, embora seja muito próxima ao restante do estado. Enquanto isso, o restante da Região Metropolitana de Florianópolis teve hiato de pobreza média de 39,59%.

Santa Catarina, exceto a RMF, teve uma intensidade de pobreza de 40,48%, ligeiramente acima da média estadual. Pode-se observar, entretanto, que todos os valores observados referentes a intensidade de pobreza foram semelhantes, indicando que os pobres são privados de um número parecido de indicadores entre as diferentes regiões analisadas no estado

O Índice de Pobreza Multidimensional em Santa Catarina foi de 13,09%. O IPM combina a incidência e a intensidade da pobreza, fornecendo uma visão mais completa das privações enfrentadas pela população. Na RMF, o IPM foi de 7,92%, refletindo um valor relativamente abaixo da média estadual. Florianópolis apresentou um índice de pobreza de 5,33%, novamente o menor entre as regiões observadas. Este valor era esperado, já que a capital obteve a menor incidência e intensidade de pobreza das áreas abordadas, sendo assim a região com menor nível de pobreza. Por outro lado, ao remover a capital da RMF, há uma piora no IPM, ficando com o valor de 11,58%.

Ainda, excluindo a Região Metropolitana de Florianópolis, o restante de Santa Catarina registrou um IPM de 13,94%, o mais elevado entre as regiões analisadas. Isso indica que a tendência de incidência e intensidade da pobreza se mantém, com esta área sendo a mais pobre multidimensionalmente, enquanto a região de Florianópolis apresenta os menores índices de pobreza.

Gráfico 10 - Percentual de privação nos indicadores selecionados: Santa Catarina e Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

Santa Catarina apresenta um percentual de privação em alfabetização de 2,49%, enquanto a média nacional é significativamente maior (8,24%). Este dado revela que Santa Catarina tem uma taxa de alfabetização relativamente alta, fruto de um maior acesso à educação básica e melhor desempenho educacional.

No indicador de nível de instrução, Santa Catarina apresenta uma privação de 31,58%, enquanto a média nacional é superior (36,34%). Isso sugere que, embora a alfabetização básica seja alta, o estado ainda enfrenta problemas na conclusão dos níveis mais básicos de educação, neste caso, o ensino fundamental. A grande diferença entre a privação de alfabetização e nível de instrução indica que possivelmente existe uma evasão escolar em níveis de ensino mais básicos, fazendo com que, embora alfabetizadas, muitas pessoas não concluam o ensino fundamental.

O percentual de privação em emprego foi de 36,54% em Santa Catarina, comparado a 44,85% no Brasil. Esse dado sugere que o mercado de trabalho em Santa Catarina oferece melhores oportunidades de emprego formal e estáveis do que a média nacional. Reforçando este dado, de acordo com a Secretaria de Estado

da Comunicação de Santa Catarina (SECOM/SC)³¹, o estado tem a menor taxa de desocupação do Brasil, além de ser a Unidade da Federação (UF) com maior percentual de empregados com carteira assinada.

No indicador de renda domiciliar, Santa Catarina tem uma privação de 8,41%, enquanto o Brasil apresenta um valor aproximadamente três vezes maior (26,05%). Vale ressaltar que, além de ter uma população menos privada quando comparada à média nacional, o estado também conta com o menor nível de desigualdade de renda do país³². Dessa forma, a relativamente baixa privação catarinense e os menores níveis de desigualdade indicam que as famílias em Santa Catarina têm, em média, uma melhor capacidade econômica para atender às suas necessidades básicas e de consumo com relação à média nacional.

O percentual de privação em abastecimento de água foi de 22,27% em Santa Catarina, sendo menor que a média nacional (24,76%). Esse dado aponta para uma infraestrutura de abastecimento de água mais desenvolvida no estado, embora ainda seja necessária uma melhoria grande neste indicador, especialmente nas áreas fora da Região Metropolitana de Florianópolis.

Como abordado anteriormente, Santa Catarina enfrenta sérios desafios em relação ao esgotamento sanitário, possuindo um percentual de privação de 66,22%, fazendo com que seja o único indicador, dentro dos selecionados, que apresenta um grau de privação maior do que a média nacional, de 53,84%. Segundo Paludo e Borba (2013), há uma clara contradição no setor de saneamento em Santa Catarina, pois, embora a cobertura da rede de abastecimento de água esteja acima da média nacional, a infraestrutura de esgotamento sanitário é uma das piores do Brasil

Santa Catarina apresenta uma privação de eletricidade de apenas 0,11%, em contraste com uma média nacional que, embora baixa, ainda é superior (0,25%). O acesso quase universal à eletricidade no estado é um ponto positivo, refletindo

³¹ SECOM/SC, 2024. Disponível em: <<https://estado.sc.gov.br/noticias/santa-catarina-tem-menor-taxa-de-desemprego-do-pais-e-a-maior-em-empregados-com-carteira-assinada-no-4o-trimestre-de-2023/>>

³² SECOM/SC, 2024. Disponível em: <<https://estado.sc.gov.br/noticias/santa-catarina-e-o-estado-com-maior-seguranca-alimentar-e-menor-desigualdade-de-renda-do-brasil/>>

uma infraestrutura elétrica mais bem desenvolvida quando comparada ao restante do país.

A privação no indicador de condição de ocupação foi de 23,89% em Santa Catarina, novamente menor do que a média nacional de 24,25%. Isso indica que, percentualmente, uma parcela maior dos catarinenses tem moradia própria quando comparado com a média do país.

Por fim, no indicador de ativos domiciliares, Santa Catarina tem uma privação de 10,77%, enquanto o Brasil apresenta uma média relativamente mais alta, de 16,01%. Este dado indica que, percentualmente, mais famílias em Santa Catarina têm acesso simultâneo a itens básicos para o indivíduo do que a média nacional

Tabela 3 - Incidência, intensidade e índice de pobreza multidimensional: Santa Catarina e Brasil

Região	Incidência de Pobreza (H)	Intensidade da Pobreza (A)	IPM (M₀)
Santa Catarina	32,42%	40,39%	13,09%
Brasil	42,15%	44,33%	18,69%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNAD 2022.

Conforme a Tabela 3, a incidência de pobreza em Santa Catarina foi de 32,52%, enquanto no Brasil como um todo foi de 42,15%. Este comparativo mostra que Santa Catarina está em uma posição relativamente melhor em relação ao cenário nacional, com uma menor proporção de sua população sendo considerada pobre.

A intensidade da pobreza em Santa Catarina foi de 40,39%, enquanto no Brasil foi de 44,33%. Embora a intensidade da pobreza em Santa Catarina não seja baixa, ela é menor do que a média nacional. Esses dados indicam que os catarinenses, em média, são privados em uma quantidade menor de indicadores quando comparados com a média nacional.

Por fim, o IPM em Santa Catarina foi de 13,09%, comparado a 18,69% no Brasil. mostrando que o estado tem uma situação melhor em termos de pobreza multidimensional. Essa diferença superior a 5% entre o Índice de Pobreza

Multidimensional em Santa Catarina e no Brasil sugere que o estado não apenas tem menos pessoas consideradas pobres, mas também que as privações que essas pessoas enfrentam são menos severas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza não se manifesta apenas na escassez de recursos financeiros, mas também na falta de oportunidades e serviços básicos. Avaliar a pobreza apenas pela renda constitui um erro de perspectiva, sendo essencial que a renda seja vista dentro de um contexto mais abrangente de privações. Para tanto, ao longo deste trabalho, buscou-se explorar a complexidade da pobreza, indo além da análise unidimensional, tradicionalmente abordada como insuficiência de renda.

A partir de uma abordagem multidimensional, foi possível analisar a pobreza como um fenômeno complexo, revelando privações em diferentes esferas da vida, como educação, saúde e condições sanitárias, condições habitacionais e trabalho e renda. Através desta perspectiva é possível compreender melhor o fenômeno da pobreza e formular políticas econômicas mais assertivas, sendo orientadas para a parcela da população que mais necessita.

Os resultados deste estudo mostraram que, mesmo em regiões consideradas desenvolvidas, como o estado de Santa Catarina, sua capital, Florianópolis e a Região Metropolitana de Florianópolis, há uma parcela significativa da população que enfrenta sérias privações. Embora indicadores como eletricidade, alfabetização e renda domiciliar per capita possam sugerir menores níveis de pobreza em Santa Catarina, com privações de 0,11%, 2,49% e 8,41%, respectivamente, uma análise mais profunda revela que em outros indicadores esse cenário não é tão positivo.

O estudo revelou que o acesso ao esgotamento sanitário adequado é o indicador mais crítico em Santa Catarina, com uma parcela muito elevada da população ainda dependendo de soluções como fossas e valas. Foi observado que 66,22% da amostra não possui acesso à rede geral de esgoto, destacando uma falha grave na infraestrutura básica catarinense. Esta carência não apenas expõe a população à riscos de saúde e doenças, mas também afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas. Mesmo Florianópolis, que apresenta os melhores números dentro deste indicador, tem números surpreendentemente elevados, com 34,63% da população privada de esgotamento sanitário adequado.

Além dos problemas envolvendo o saneamento básico, o nível de instrução foi outro indicador com desempenho preocupante em Santa Catarina, revelando que 31,58% da população não completou o ensino fundamental. Esta insuficiência educacional prejudica o desenvolvimento de habilidades essenciais, restringe as oportunidades de emprego e contribui para a pobreza dentro do estado. Além disso, os valores encontrados tornam evidente a necessidade do aumento ao acesso à educação básica e média em todas as regiões do estado, principalmente nas regiões fora da capital, que apresentaram valores ainda mais preocupantes.

Por outro lado, pode-se observar que a renda domiciliar per capita foi um dos indicadores com menor grau de privação, com menos de 10% população nessa condição, reforçando a ideia de que o combate à pobreza deve ir além das medidas tradicionais de aumento de renda, afinal, foi o terceiro indicador com menos pessoas consideradas pobres. Analisando somente Florianópolis, a privação é ainda menor, atingindo apenas 5,40% da população.

Embora Florianópolis apresente o menor nível de privação em grande parte dos indicadores analisados, é possível observar que a capital apresenta o pior resultado do estado ao observar-se a condição de ocupação do imóvel e o nível de emprego, com 31,90% da população sem imóvel próprio e 39,05% sem trabalho remunerado na semana da pesquisa.

Por fim, é possível concluir que apesar economia robusta e diversificada, uma parte significativa da população catarinense ainda enfrenta problemas sociais. Dessa forma, estudos focados na multidimensionalidade da pobreza são fundamentais para orientar políticas públicas e compreender a origem da pobreza. O método Alkire-Foster, utilizado neste estudo, mostrou que a pobreza deve ser entendida como um fenômeno multifacetado, além da perspectiva monetária, destacando as diversas esferas de privações enfrentadas pela população.

Devido a uma limitação nos dados da PNAD (2022), não foi possível explorar de forma mais detalhada a pobreza em Santa Catarina. Entretanto, futuramente o IBGE deve disponibilizar os microdados referentes ao Censo Demográfico (2022), permitindo que trabalhos posteriores investiguem a pobreza de

forma mais detalhada e tracem comparações entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022.

REFERÊNCIAS

- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty. In: BRAUN, J. et al. **The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions**. Washington: International Food Policy Research Institute, 2009, p. 77-90.
- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of public economics**, v. 95, n. 7, p. 476-487, 2011.
- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. **Recuento y medición multidimensional de la pobreza**. OPHI Working Paper Series, v. 7, p. 1-45, 2007.
- ARAÚJO, Jair Andrade de; MORAIS, Gabriel Alves de Sampaio; CRUZ, Mércia Santos. Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 1, p. 85-120, 2013.
- ASSELIN, Louis-Marie. **Composite Indicator of Multidimensional Poverty**. Institut de mathematique Gauss, 2002.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-47
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Ipea, 2006.
- BOSSERT, Walter; CHAKRAVARTY, Satya R.; D'AMBROSIO, Conchita. Multidimensional poverty and material deprivation. **Cahier de recherche**, n. 2009-11, 2009.
- BOURGUIGNON, Francois; CHAKRAVARTY, Satya R. The measurement of multidimensional poverty. **The Journal of Economic Inequality**, v. 1, p. 25-49, 2003.
- BRADSHAW, Jonathan; FINCH, Naomi. Overlaps in dimensions of poverty. **Journal of social policy**, v. 32, n. 4, p. 513-525, 2003.
- CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para discussão n. 1332).
- CORAZZA, Gentil. Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo. **Cadernos IHU Ideias**. São Leopoldo, ano, v. 3, p. 1-16, 2005.
- FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-21, 2016.

GOMES, Márcio Gasperini. Pobreza e formação socioespacial: um estudo multidimensional sobre a microrregião de Florianópolis. 2022. **Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.**

GUIMARÃES, Maria Beatriz Lisboa et al. Os impasses da pobreza absoluta: a experiência da Ouvidoria Coletiva na região da Leopoldina, Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 291-300, 2011.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

MALTHUS, Thomas. An essay on the principle of population. In: **British Politics and the Environment in the Long Nineteenth Century**. Routledge, 2023. p. 77-84.

MATTEI, Lauro. Economia catarinense: crescimento com desigualdades regionais. In: **V Encontro de Economia Catarinense**, abril 2011, Florianópolis, SC. Anais... Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: < <https://apec.pro.br/anais/v-eeec/anais/34-EEC%202011.PDF>>

MORAES, Mayara da Mata; MARIN, Solange Regina; VIEIRA, Carine de Almeida. Pobreza multidimensional em Santa Catarina (2000-2010): uma aplicação do método Alkire-Foster. **Economia e Desenvolvimento**, v. 30, p. e7-e7, 2018.

MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. **Revista de administração de empresas**, v. 41, p. 08-19, 2001.

NADALIN, Vanessa Gapriotti; FURTADO, Bernardo Alves. Índices de preços para imóveis: uma revisão. **Boletim regional, urbano e ambiental, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, v. 6, 2011.

NUSSBAUM, Martha C. **Women and human development: The capabilities approach**. Cambridge university press, 2000.

OTTONELLI, Janaina; MARIANO, Jorge Luiz. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 48, n. 5, 2014.

PALUDO, José Roberto; BORBA, Julian. Abastecimento de água e esgotamento sanitário: estudo comparado de modelos de gestão em Santa Catarina. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, p. 59-78, 2013.

PEREIRA, Danilo Moura; SILVA, Gislane Santos. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. **Cadernos de ciências sociais aplicadas**, v. 7, n. 8, p. 151-174, 2012.

RAVALLION, Martin. On multidimensional indices of poverty. **The Journal of economic inequality**, v. 9, p. 235-248, 2011.

RIBEIRO, Júlia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. **Juiz de Fora, MG**, v. 13, 2010.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970–2011)**. Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos; 2013.

ROCHA, Sonia. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 13, n. 2, p. 117-133, 1996.

SACHS, Jeffrey D. **O fim da pobreza**. Editora Companhia das Letras, 2005.

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 40, p. 753-791, 2010.

SANTOS, J. A. F. Divisões de classe e pobreza relativa no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 14, p. 191-211, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. Estatísticas da pobreza. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 58, n. 209, p. 7-18, 1997.

SEN, Amartya Kumar. **Development as Freedom**. 1 ed. New York: Anchor Books Edition, 2000. 384p.

SILVA, Jefferson Chaves da. POBREZA MULTIDIMENSIONAL NAS MESORREGIÕES CATARINENSES: um estudo a partir da abordagem das necessidades básicas. 2018. 85 f. **TCC (Graduação)-Curso de Ciências Econômicas, Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal Catarinense, Florianópolis**, 2018.

SILVA, JOSÉ JAIME DA et al. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 138-160, 2020.

STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. Report by the **Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. 2009.

TRATA BRASIL. **Benefícios econômicos da expansão do saneamento no Estado de Santa Catarina**. 2021.

TRATA BRASIL. **A vida sem saneamento: para quem falta e onde mora essa população?**. 2023.

TOWNSEND, Peter. **Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living**. Univ of California Press, 1979.

TRIGOSO, Federico Bernardino Morante et al. **Demanda de energia elétrica e desenvolvimento socioeconômico: o caso das comunidades rurais eletrificadas com sistemas fotovoltaicos**. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), São Paulo, 2004.

VIEIRA, Carine de Almeida; KUHN, Daniela Dias; MARIN, Solange Regina. Método Alkire-Foster: Uma Aplicação para a Medição de Pobreza Multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, 2017.

WILSON, Roger T. Literacy and its significance in modern life. **Colleagues**, v. 13, n. 1, p. 5, 2016.

APÊNDICE A – ROTINA DE COMANDOS NO SOFTWARE STATA

Rotina Stata - Apêndice A - Printed on 05/06/2024 21:04:19

```

1  keep if UF == 42
2
3  *Primeiramente iremos renomear todas as variáveis que serão utilizadas.
4
5  rename V2007 sexo
6  rename V2009 idade
7  rename V2010 cor
8  rename V3001 alfabetizacao_pnad
9  rename VD3005 nivel_instrucao_pnad
10 rename V4001 emprego_pnad
11 rename VD5002 renda_domiciliar_pnad
12 rename S01007 abastecimento_agua_pnad
13 rename S01012A esgotamento_pnad
14 rename S01014 eletricidade_pnad
15 rename S01017 condicao_ocupacao_pnad
16 rename S01021 celular_pnad
17 rename S01023 geladeira_pnad
18 rename S01025 televisao_pnad
19 rename S01029 internet_pnad
20
21 *1 - Eliminação dos valores faltantes das variáveis utilizadas.
22
23 drop if missing(alfabetizacao_pnad)
24 drop if missing(nivel_instrucao_pnad)
25 drop if missing(emprego_pnad)
26 drop if missing(renda_domiciliar_pnad)
27 drop if missing(abastecimento_agua_pnad)
28 drop if missing(esgotamento_pnad)
29 drop if missing(eletricidade_pnad)
30 drop if missing(condicao_ocupacao_pnad)
31 drop if missing(celular_pnad)
32 drop if missing(geladeira_pnad)
33 drop if missing(televisao_pnad)
34 drop if missing(internet_pnad)
35
36 *2 - Criando variável Dummy, sendo 0 = não privado a 1 = privado.
37
38 gen alfabetizacao=1
39 replace alfabetizacao=0 if alfabetizacao_pnad==1
40 replace alfabetizacao=0 if idade<8
41 tab alfabetizacao
42
43 gen nivel_instrucao=1
44 replace nivel_instrucao=0 if nivel_instrucao_pnad>=9
45 replace nivel_instrucao=0 if idade<15
46 tab nivel_instrucao
47
48 gen emprego=1
49 replace emprego=0 if emprego_pnad==1
50 replace emprego=0 if idade<18
51 tab emprego
52
53 gen renda_domiciliar=1
54 replace renda_domiciliar=0 if renda_domiciliar_pnad>637
55 replace renda_domiciliar=0 if idade<18
56 tab renda_domiciliar
57
58 gen abastecimento_agua=1
59 replace abastecimento_agua=0 if abastecimento_agua_pnad==1
60 tab abastecimento_agua
61
62 gen esgotamento=1
63 replace esgotamento=0 if esgotamento_pnad==1
64 tab esgotamento
65
66 gen eletricidade=1
67 replace eletricidade=0 if eletricidade_pnad==1
68 tab eletricidade
69
70 gen condicao_ocupacao=1
71 replace condicao_ocupacao=0 if condicao_ocupacao_pnad<=2
72 tab condicao_ocupacao
73
74 gen celular=1
75 replace celular=0 if celular_pnad>=1

```

Rotina Stata - Apêndice A - Printed on 05/06/2024 21:04:19

```
76 tab celular
77
78 gen geladeira=1
79 replace geladeira=0 if geladeira_pnad<=2
80 tab geladeira
81
82 gen televisao=1
83 replace televisao=0 if televisao_pnad<=3
84 tab televisao
85
86 gen internet=1
87 replace internet=0 if internet_pnad==1
88 tab internet
89
90 gen ativos_domiciliares=1
91 replace ativos_domiciliares=0 if celular_pnad>=1 & geladeira_pnad<=2 & televisao_pnad<=3 &
   internet_pnad==1
92 tab ativos_domiciliares
93
94 *3 - Criação da matrizC de privações
95
96 gen matrizC = alfabetizacao+nivel_instrucao+emprego+renda_domiciliar+abastecimento_agua+
   esgotamento+eletricidade+condicao_ocupacao+ativos_domiciliares
97 tab matrizC
98
```